

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 21 de novembro de 2022 - Ata n.º 109.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **109.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário, Deputado Gilson de Souza, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 108, de 9 de novembro de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: Mensagem n.º 95/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 485/2022), que dispõe sobre a extinção do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná – FASPM, criado pela Lei n.º 14.605, de 5 de janeiro de 2005; Mensagem n.º 96/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 486/2022), que institui o Programa Estadual de Conservação de Grandes Felinos no Paraná; Mensagem n.º 97/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 487/2022), que altera dispositivos da Lei n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e na Lei Complementar Federal n.º 87, de 13 de setembro de 1996; Mensagem n.º 98/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 488/2022), que altera o art. 30 da Lei n.º 18.568, de 24 de setembro de 2015, que autorizou a doação com encargo de imóvel à Cohapar; Mensagem n.º 99/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 489/2022), que altera a Lei Complementar n.º 244, de 30 de março de 2022, que altera a Lei Complementar n.º 131, de 29 de setembro de 2010, que dispõe sobre a reestruturação do agente fiscal da Coordenação da Receita do Estado, que passa a ser denominado Auditor Fiscal, conforme específica e dá outras providências; Mensagem n.º 100/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 490/2022), que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado; Mensagem n.º 101/2022 do Governador do Estado,

encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 491/2022), que altera dispositivos da Lei n.º 17.169, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná; Mensagem n.º 102/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 492/2022), que revoga o §5.º do art 5.º da Lei n.º 17.046, de 11 de janeiro de 2012; Mensagem n.º 103/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 493/2022), que autoriza a transformação da Companhia Paranaense de Energia – Copel em corporação, através da alienação parcial das ações e dá outras providências; Mensagem n.º 104/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 494/2022), que altera a Lei n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para introduzir as modificações decorrentes da publicação da Emenda Constitucional n.º 123, de 14 de julho de 2022, e da Lei Complementar Federal n.º 194, de 23 de junho de 2022, e dar outras providências; Mensagem n.º 105/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 495/2022), que estabelece os indicadores e critérios previstos no inciso III do art. 1.º da Lei Complementar n.º 249, de 23 de agosto de 2022; Mensagem n.º 106/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Proposta de Emenda à Constituição (autuada sob o n.º 3/2022), que altera e revoga dispositivos da Constituição do Estado do Paraná e dá outras providências. Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos para o presente momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, teremos hoje um Grande Expediente em dois momentos. No primeiro momento, o Deputado Michele Caputo fará uso de parte do Grande Expediente, destinado a homenagear com a entrega do Título de Cidadania Benemérita do Paraná o Sr. Adriano Rocha Lago, Superintendente da Liga

Paranaense de Combate ao Câncer. Anuncio e agradeço a presença aqui do Dr. Sérgio Ioshi, Presidente do Conselho Administrativo da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, da Dr.^a Carla Martins, Diretora-Geral da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, da Sr.^a Fabíola Ricardo Lago, esposa do nosso homenageado, dos colaboradores do Hospital Erasto Gaertner, dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Juízes, Promotores e das demais autoridades que se fazem presentes. Também agradeço a presença do Vereador Ambrósio Dovhi, do município de Prudentópolis, por solicitação do Deputado Nelson Luersen. Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao proponente da homenagem, Deputado Michele Caputo. Na sequência, teremos a apresentação de um vídeo sobre a trajetória do homenageado à frente da Liga Paranaense de Combate ao Câncer.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Michele Caputo e o Sr. Adriano Rocha Lago.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, demais Deputados que compõem a nossa Mesa Diretora, Deputadas, Deputados aqui presentes. De forma muito especial, esta seleta plateia que nos acompanha hoje. Quero agradecer aqui essa presença que é sempre muito honrosa de Prefeitos, Vereadores, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, também toda família Erasto Gaertner. De forma muito especial, a família do Adriano, a todos, o Núcleo Dirigente dessa grande instituição que é o Erasto Gaertner. E queria iniciar fazendo aqui uma homenagem póstuma ao Dr. Luiz Antonio Negrão Dias, com quem eu, como Secretário de Estado, Secretário da Saúde de Curitiba, e também como Deputado, relacionei-me e que nos deixou recentemente. Então, quero começar dizendo rapidamente que o Adriano Rocha Lago é curitibano, é casado com Fabíola Ricardo Lago, é pai da Gisele, do Murilo e do Vinícius, que se encontram aqui. Seu pai também é Bacharel em Análise de Sistemas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; tem Especialização em Administração e Gestão Empresarial e Auditoria Financeira e Contábil, contabilidade da Fundace; tem MBA em Gestão de Organização Hospitalar e Sistema de Saúde pela

Fundação Getúlio Vargas; tem Mestrado em Biotecnologia Médica, em cancerologia pela Unesp, e foi Diretor Executivo do Hospital de Câncer de Barretos por 10 anos. Então, gostaria primeiro de agradecer a todos os Deputados desta Casa, Presidente Traiano, porque esse Título de Cidadão Benemérito do Paraná, quando propusemos, foi aprovado pela unanimidade dos Deputados e Deputadas presentes na Sessão. O Adriano Rocha Lago é o Superintendente do Hospital Erasto Gaertner e estou muito feliz em poder fazer esta homenagem aqui no Plenário. Hoje, posso considerar já há muito tempo o Adriano um amigo. A concessão e a proposição nossa não foi por conta de amizade, isso conquistamos depois, foi por conta de tudo que o Erasto e, principalmente, a figura do Adriano, quando ele vem para o Erasto, ele cria uma nova fase. É preciso valorizar os paranaenses que fazem a diferença aqui no Paraná. E quando concedemos essa honraria, reconhecemos essa revolução que foi feita no tratamento do câncer no Paraná e que contou com uma contribuição importantíssima do Adriano. Ele tem uma visão inovadora, ele é muito focado na incorporação de novas tecnologias, basta ver o robô lá, só vou citar o Da Vinci, mas tantas outras incorporações que foram feitas de tecnologias. Ele tem uma preocupação muito grande em captar recursos. Claro, os públicos, que são devidos. É um hospital estratégico, importante, filantrópico. É um hospital que vai além das questões do Paraná, a abertura de novos serviços. Isso tudo teve esse papel muito, muito desenvolvido na gestão do Adriano como Superintendente. Ele colocou definitivamente o hospital – ele, seus colaboradores, o Conselho – no século XXI. É uma unidade que era referência estadual, agora é internacional, e conta com o que há de melhor no mundo com relação à infraestrutura e recursos humanos, e cumpre o seu papel de filantropia de forma muito competente. Em 2014, na época que eu era Secretário de Estado da Saúde, uma das primeiras reuniões que tive com ele na Sesa, ele tinha acabado de assumir lá a Superintendência do Hospital, ele trouxe uma pauta de projetos, porque o Adriano não veio só pedir porque se tem alguma dificuldade, ele também traz proposta, traz projeto, vem discutir ideias, e sempre para ampliar a oferta de consulta, de exames, de cirurgias, levando em conta o diagnóstico e o tratamento do câncer e, quando possível, mais perto das

pessoas. Foi aí, nesse encontro de ideias nosso da gestão estadual, à época, com o Adriano, com o Erasto, que avançamos, e fizemos muito, não é? Fizemos juntos e fizemos muito, fizemos mais e fizemos melhor. Tivemos projetos importantes, como o Erastinho, o primeiro hospital oncopediátrico do Sul do País, onde o Estado, entramos com parte dos recursos e a outra parte, graças à credibilidade da Família Erasto Gaertner, adquiriu junto à iniciativa privada, e hoje quem ainda não visitou, visite. Aqui tem Prefeitos, Secretários, pessoas preocupadas com a saúde, vocês vão ver que é algo assim extraordinário. Também implantamos, estive lá na apresentação do robô Da Vinci, não é, também iniciamos um processo de descentralização para o tratamento do câncer e gostaria de citar a primeira unidade de Irati – quero parabenizar aqui o Prefeito Derbli, o João Carlos, meu parceiro, o João – e também em Paranaguá, em uma parceria importante que quero aqui destacar com o Prefeito da cidade. E assim, gente, além disso, tem o Hospice do Hospital Erasto Gaertner, que é uma estratégia importante, que tem muito a ver, tem tudo a ver com a nossa Lei de Cuidados Paliativos, ou seja, para não tomar mais o tempo de vocês, que é importantíssimo ouvir o Adriano. Ele é uma pessoa que tem uma vocação para o futuro. Ele é gente que está à frente do seu tempo e ele tem passado isso para todo seu núcleo de colaboradores. Então, Adriano, parabéns a você, à sua família. Sinto-me muito orgulhoso e honrado de poder fazer esta homenagem a você. A você e, em nome de você, a toda sua família pessoal e a sua segunda família, que é a Família Erasto Gaertner. E tenho certeza de que falo isso em nome dos familiares e dos pacientes, das milhares de pessoas que vocês salvam, que vocês atenuam a dor, que vocês dão qualidade de vida. Parabéns, Adriano! Esta Assembleia homenageia você de forma muito justa. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Teremos agora um vídeo sobre a trajetória do nosso homenageado...

SR. ADRIANO ROCHA LAGO: Se puder segurar o vídeo, agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. É que no roteiro aqui estava o vídeo anteriormente à sua fala.

SR. ADRIANO ROCHA LAGO: Se o Presidente permitir, queria que ficasse como uma mensagem final para todos, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Então, já lhe concedo a palavra, sem problemas.

SR. ADRIANO ROCHA LAGO: Então, vamos lá! Senhoras e senhores, com muita alegria, muita energia, muito entusiasmo, boa tarde! Essa foi uma frase, foi uma forma que achei de saudar as pessoas na primeira inauguração que tivemos no Erasto Gaertner, há cerca de seis, sete anos. Sinceramente, foram três palavras que acho que estiveram presentes mais pelo desespero, mais pelo medo, mais pelo receio do que seria o futuro e o desafio que colocamos ali como plano diretor – a Carla sabe muito bem o que é isso –, do que meramente achar as palavras ao vento. Talvez depois pudesse voltar isso, mas, antes, permita-me dirigir-me à Mesa Diretora, dar boa tarde aí ao nosso Presidente, Deputado, se me permitir chamar de amigo Deputado Traiano, Deputado Romanelli, a todos os Deputados presentes. Esta Casa que muito nos ajudou em boa parte do que o próprio Deputado Caputo colocou aqui. Acho que foi a participação da Assembleia Legislativa um diferencial, haja vista o Erastinho, haja vista a endoscopia que está aqui agora, e a nossa radiologia intervencionista, se tudo der certo vai fazer muita história graças à participação desta Casa. Mas essa saudação que eu colocava sempre dizia e sempre agradecia ou dava as minhas boas-vindas a quatro grandes grupos e esses grupos hoje acho que me sinto muito na responsabilidade de agradecer a eles. Esta homenagem só acontece graças a essas pessoas que ajudaram ou me ajudaram e contribuíram para que a instituição crescesse ao longo do seu tempo. Primeiro, os nossos voluntários, os nossos anjos de rosa, são cerca de 400 voluntários que criaram a Liga Paranaense de Combate ao Câncer, que construíram o Câncer Center na Linha Verde e, há quase 70 anos, trabalha em prol dos seus pacientes. O nosso corpo clínico, os nossos anjos de jaleco, e

para minha grata e enorme surpresa vejo muitos médicos aqui presentes. Vocês não têm ideia o quanto o meu coração está feliz com a presença de vocês aqui. Médicos que fizeram a história, moravam no hospital para aquele hospital nascer e fazer toda a história que tem hoje. Então, meu agradecimento aos nossos quase 500 médicos espalhados nas nossas nove unidades, assim como os nossos 1.700 colaboradores, os nossos anjos de crachá, que para minha grande alegria também estão aqui presentes. Vejo muitos responsáveis de diferentes unidades e, sem vocês, sem o engajamento de vocês, com alegria, energia e entusiasmo, o Erasto Gaertner não estaria onde está hoje e provavelmente não estaria sendo recomendado para esta homenagem. E o quarto grande grupo é dos nossos pacientes, Deputado Traiano. Cinquenta e cinco mil pacientes por ano, gerando mais de 600 mil atendimentos e 2,3 milhões de procedimentos, sendo que quase a sua totalidade de pacientes do SUS. Hoje o Erasto Gaertner é um orgulho para todo o Paraná e para todo o País e sinto a maior honra de estar aqui representando esta instituição e recebendo esta homenagem. E para falar dos pacientes lembro a minha família, que... com o meu pai presente aqui, que sabe que queria muito a minha mãe aqui, com a Fabíola aqui, a minha esposa, queria muito a minha sogra aqui... (Aplausos.) Mas, quanto tive que abdicar da minha família para me dedicar aos nossos pacientes e quanto vocês me apoiaram para que sempre eu pudesse focar nos pacientes! É um mar de gente, é um mar de pessoas querendo o mesmo propósito, mas sem dúvida nenhuma começou dentro da minha casa. O meu agradecimento eterno a vocês e o quanto amo vocês, sentindo falta do meu Murilo, do meu gordo, que não está aqui, está estudando lá em Ponta Grossa, mas um carinho para ele também. E neste agradecimento, por último, quero me dirigir ao Deputado Michele Caputo –só não estou vendo o Caputo. Ah, o Requião está na frente. Olhem lá o Caputo! Caputo, em todo esse tempo que estou em Curitiba, surpreendo-me como as nossas linhas se cruzaram em diferentes momentos. Não sei se você lembra, mas você foi a primeira pessoa a ver o nosso plano diretor; recebemos a visita do Secretário de Estado da Saúde, do Estado do Paraná, então na época o Charles, responsável pela tua rede própria, e tive que te pedir desculpas para desenrolar a nossa maquete, que

estava em sacos pretos, porque tinha acabado de chegar, e falei: *Não tenho vergonha, mas vou te mostrar um projeto que vai revolucionar ou que queremos que revolucione o Paraná.* E você gostou. Achei: *Esse cara vai achar maluco, tirar uma maquete de um saco preto.* E você se interessou muito e lembro que o Charles tinha horários de agendas e você falou: *Não, vamos escutar estes projetos.* Aquele foi o primeiro dia que te conheci, Caputo, e quantos outros projetos estivemos juntos e quanto você foi responsável direto, com o Governo do Estado, com a Secretaria Estadual da Saúde, no crescimento dos principais projetos do Erasto Gaertner. Mas talvez o que mais me surpreendeu até politicamente, e quanto tenho a oportunidade de falar inclusive fora do Estado do Paraná, coloco o Erasto Gaertner como um exemplo inclusive partidário ou, melhor, apartidário, uma vez que o nosso primeiro projeto fora de Curitiba, na cidade de Irati, que temos a presença aqui do Prefeito Derbli, tinha tudo para não dar certo, Caputo, a Câmara tinha uma cor, o Governo do Estado tinha outra cor, o Prefeito tinha outra bandeira política e provavelmente quem assumiria, outra. Falei: *Isso nunca vai dar certo!* São seis anos de atendimento, com mais de 200 infusões por mês, 95% de todos os pacientes da 4.^a Regional não precisam mais vir para Curitiba. Esse é um de muitos exemplos, meu amigo, que poderia dar em que você nos ajudou. Então, acho que, mais do que ficar dando exemplos, convidar todos vocês para que conheçam mais o Erasto Gaertner, conheçam mais tudo o que o Erasto Gaertner fez pelo Paraná e somem-se aos nossos projetos, para que possamos fazer mais entregas. Antes que possa deixar minha mensagem final, quero agradecer ao Dr. Sérgio, em nome do Presidente do Conselho, vejo lá em cima o Dr. Edmundo Korters e o Dr. Deggerone, que são Conselheiros, não sei se você teve a oportunidade, acho que para mim é uma honra ter o Conselho de Administração junto nesta homenagem, assim como os médicos e os colaboradores, junto à minha família, a *Família Erastiana*. Muito, muito obrigado por tudo. Deputado Traiano, sobre o vídeo, que lhe pedi permissão para passar, é uma mensagem que queremos deixar para toda a população do Paraná, mas esperamos que esse vídeo alcance outras cidades, outros Estados e por que não fora do País, que é uma mensagem da importância de você se

preocupar com a sua saúde, da sua casa, da sua família. Infelizmente só sabemos do drama de passar por um câncer quando passamos por ele ou temos alguém querido próximo. E para vocês saberem quanto é o nosso desafio futuro, quando vocês pensam em grandes aglomerações e tirarmos núcleos de 10 pessoas, se tirarmos 10 mulheres, 6 delas terão ou desenvolverão câncer de mama; quando tiramos 10 homens, 8 podem desenvolver o câncer de próstata. Então, o melhor tratamento custo/efetividade em qualquer doença, em qualquer lugar do mundo, é a prevenção. Por isso chamo a atenção dos senhores para que assistam ao vídeo e aquilo que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Som para o orador, por favor.

SR. ADRIANO ROCHA LAGO: Então, reconvocando aqui, que vocês possam assistir ao vídeo com muita atenção, de maneira que vocês possam multiplicar às pessoas e por que não fazer com que todos pensem sobre exercício, parar de fumar, controle do álcool, estar junto do médico e fazer exames, porque a vida é bela, ela nos traz muitas coisas belas. Por isso que quero aqui mais uma vez agradecer a oportunidade, agradecer ao Caputo, agradecer a todos os presentes, e, Deputado Traiano, agradecer a toda a Mesa e a toda esta Casa, que muito nos ajuda. E aí convido vocês para assistirem ao vídeo. Muito obrigado.

(Apresentação de vídeo.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É importante ressaltar que a protagonista dessa peça é a Doutora Carla Martins, que está sentada aqui. Seja bem-vinda. (Aplausos.) Neste momento, convido o Deputado Michele Caputo, os Deputados e as Deputadas para a entrega do Título de Cidadania Benemérita do Paraná ao nosso homenageado.

(Procedeu-se à entrega do Título ao homenageado.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores, gostaria de solicitar aqui aos nossos visitantes que pudessem aguardar e acompanhar a outra homenagem, para que possamos fazer na sequência as fotos, para otimizar o nosso tempo também. Pode ser? Quero registrar aqui a presença também da visita da Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba-Brasil, acompanhadas da Assessora Nicole Melin, por convite do Deputado Homero Marchese, do Vereador Manoel Franco, de Almirante Tamandaré, por solicitação do Deputado Nelson Justus, do Vereador Sidinei Campos, de Colombo, também aqui presente. Sejam todos bem-vindos. Agora, na sequência, Sr.^s Deputados, teremos, por solicitação dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Alexandre Curi, também uma homenagem a um trabalho que vem sendo feito pelo nosso querido amigo Francisco Simeão, que na sequência fará uso da palavra. Concedo a palavra ao Deputado Romanelli, para que faça a saudação ao seu convidado e aos demais convidados e visitantes que estão aqui na Casa.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli e o Sr. Francisco Simeão.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Senhor Presidente, permita-me falar aqui da minha posição de 1º. Secretário. Por primeiro, queria solicitar, obviamente, que pudéssemos dar continuidade à Sessão. Pedir aos Sr.^s Parlamentares que pudessem tomar assento. Ao mesmo tempo em que saúdo aqui a presença do Doutor Adriano Lago e essa belíssima e justa homenagem de receber a Cidadania Benemerita do Paraná, por propositura do Deputado, Ex-Secretário Estadual da Saúde, Michele Caputo, pelo trabalho extraordinário que é feito sob a sua liderança no Hospital Erasto Gaertner, mas na verdade na saúde de uma maneira geral. Então, é uma grande homenagem feita aqui a um grande paranaense e brasileiro. Conhecemos bem o seu trabalho, a sua luta e esta Casa aqui sabe muito bem como é merecida essa cidadania que acaba de ser outorgada. Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, falo em meu nome e falo também em nome do Deputado Alexandre Curi, proposito de desta participação aqui do

empresário Chico Simeão, Francisco Simeão Rodrigues, na Assembleia Legislativa do Paraná, para falar sobre um Projeto, diria que revolucionário pelos conceitos que temos no Estado do Paraná. Cumprimento todas as autoridades que aqui estão presentes. Cumprimento especialmente o Deputado Federal Professor Luizão, os Deputados eleitos, vários Deputados eleitos que aqui também se encontram e todos os outros que aqui comparecem. Senhor Presidente, recebemos na Sessão desta Casa hoje um dos maiores empreendedores do Paraná. Francisco Simeão não é apenas um empresário, é um empreendedor visionário. Podemos dizer que é um empreendedor diferenciado, que investe para ter retorno, mas também traz na sua trajetória de vida uma grande preocupação com as questões sociais. Hoje, o termo da moda do mundo é ESG, que é a sigla em inglês para caracterizar práticas de gestão responsável, que abrangem aspectos ambientais, sociais e de governança. Os propósitos da agenda do ESG, que têm origem nos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, estabelecidos há menos de duas décadas pelo Pacto Global das Nações Unidas. Sinteticamente falando, eles tratam de maneiras como a iniciativa privada e o setor público devem contribuir para a sustentabilidade do meio em que vivemos. Simeão já tinha adotado, em seus negócios, as três letras da sigla ESG há muito tempo. É um investidor preocupado em formar gerações mais preparadas para os desafios futuros. Um exemplo disso é o *Programa Bom Aluno*, criado há 28 anos, que seleciona estudantes da rede pública de famílias humildes e lhes dá apoio pedagógico e ajuda financeira para chegarem à universidade. Desde 1998, todos os beneficiários do programa conseguiram acessar o ensino superior e quase a metade deles ingressou na universidade entre os três primeiros colocados em seus cursos. Hoje são 200 alunos mantidos pelo programa em Curitiba e mais de 800 por outros empresários, nas franquias sociais espalhadas pelo Brasil afora. Há alunos fazendo estágio na Nasa e doutorado na Universidade de Berkeley, na Califórnia. Outra iniciativa digna de reconhecimento é a Vila da Cidadania, que já tem 20 anos. É um projeto em que a criança aprende de forma lúdica como é ser cidadão de verdade e ter o privilégio de eleger seus representantes no Executivo e no Legislativo,

participando diretamente do processo. O que traz Francisco Simeão à nossa Casa Legislativa é mais uma ideia inovadora, que une habitação de qualidade, qualificação profissional para aumentar a renda das famílias e um novo sistema para fortalecer o ensino básico. É uma iniciativa que já tem recursos para ser implementada e que na minha visão precisa ter apoio do Legislativo e do Executivo para ser levada adiante no menor tempo possível, inclusive das três esferas, federal, estadual e também municipal. A apresentação que veremos certamente dará a todos a exata dimensão social desta proposta. É uma fábrica de esperança, de vida mais digna para milhares de famílias. Meu agradecimento e reconhecimento ao empresário Francisco Simeão, que conheço desde menino, acompanhei toda sua longa trajetória, dele e da família, que está aqui com a sua esposa Mara, com uma vida tão bonita. E o Chico sempre, desculpe, o Francisco Simeão, sempre nos surpreende com novas ideias. Mais do que isso, é incansável na tarefa de fazer com que elas se tornem realidade, ou seja, é um cidadão que busca o bem comum. Seja muito bem-vindo, Francisco Simeão, a esta Casa, e agradeço à Presidência pela oportunidade de podermos aqui ouvir ele falar e fazer, por meio de um vídeo, a demonstração desse belíssimo projeto que está em desenvolvimento. Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, concedo a palavra ao nosso convidado, Francisco Simeão, para que possa fazer a exposição sobre esse projeto já anunciado.

SR. FRANCISCO SIMEÃO: Vou procurar ser bem breve. Preparei essa palestra para completá-la, incluindo os vídeos, em apenas 20 minutos. E começo saudando o nosso Presidente Ademar Traiano, o Romanelli, que me obsequiou com o convite de vir aqui a este Plenário, os demais Deputados. Faço uma menção especial ao Sr. Governador do Estado, que não pôde estar presente. Senhoras e senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos, Deputados, Vereadores, demais autoridades, Deputado Ricardo Barros, que também veio nos prestigiar, Deputado Luizão, enfim, todos aqui presentes. Senhoras e senhores, como reduzir a desigualdade e preparar melhor nossas crianças para enfrentar o mundo hoje tão

desenvolvido tecnologicamente? Como criar igualdade de oportunidades para crianças, dando acesso à literatura, ao esporte, ao cinema, à leitura, à dança, à música, às artes marciais, à poesia, ao inglês, à natação e acesso amplo à informação e à informática? Como em apenas um ano dobrar, e em cinco anos triplicar a renda das famílias de menor poder aquisitivo e dar às mulheres independência financeira e realização profissional? Como reduzir radicalmente as favelas e os cortiços, eliminar as condições desumanas de vida e moradia? Como resolver o problema da habitação sem agredir o meio ambiente, eliminando a aridez de milhares de casas amontoadas, e formar crianças que pratiquem a preservação ambiental? Como educar as famílias para separar o lixo reciclável, para que o lixo orgânico passe por compostagem e seja aproveitado como adubo? Essas questões, que afligem especialistas em cidades, intelectuais, professores, empresários, religiosos e o povo brasileiro, podem ser resolvidas com projetos que tragam os fundamentos do residencial *Ecoparque Nova Escola*, que vamos sobre ele discorrer. Este não é um mero projeto empresarial em busca de lucro. A ambição é muito maior do que o resultado pecuniário. O que mais importa para os desenvolvedores desse projeto, especialmente para mim e para o meu sócio, Luiz Bonacim, ambos já beirando os 75 anos, é o lucro da alma. E esse lucro é que nos traz aqui. Queremos dividir com os senhores, que hoje militam na política, as possibilidades reais que esse projeto tem para transformar a vida de milhares de famílias no Paraná e no Brasil. Queremos mostrar que vocês podem, sim, participar do nascimento de uma ideia, que tenho certeza, terá o reconhecimento da sociedade, que hoje infelizmente demoniza a classe política, o que é inaceitável em um País democrático como o nosso. Esse projeto, que não tem ideologia, mas tem a filosofia do compromisso com a sociedade, é em minha opinião uma rara oportunidade para Deputados, Vereadores e Prefeitos exercerem o seu protagonismo. De nossa parte, podemos garantir que ele não tem volta. Ele será maior ou menor a depender do engajamento da classe política. Queremos outorgar aos Vereadores e Prefeitos a indicação das famílias que serão atendidas por esse projeto, porque sabemos que são esses os que mais conhecem sua gente em cada município onde ele será implementado. Naturalmente os indicados

terão que ter seus cadastros aprovados na Caixa Econômica e deverão estar dispostos a realizar o esforço necessário para aumentar a renda da família. Esse projeto, que sem dúvida é de maior valor político do Brasil, já foi iniciado e dispõe de todos os recursos financeiros necessários para a sua implementação, o que nos permite afirmar que é irreversível. Nos próximos 12 anos, o Residencial Ecoparque vai entregar 80 mil apartamentos no Paraná, onde irão morar famílias humildes, com sua renda aumentada, e com mais de 100 mil crianças na *Nova Escola*, onde veremos florescer novas e pujantes gerações. Nosso sonho é de que ele seja multiplicado no Brasil e para isso vamos disponibilizar um sistema de franquias com a meta de abrigar mais de um milhão de crianças na *Nova Escola*, com a entrega de mais de um milhão de apartamentos em todo o País. Queremos usar nossas energias, nossa capacidade de realizar projetos difíceis, nossa credibilidade duramente alcançada desses mais de 50 anos de vida empresarial, para deixar um legado ao País, um legado do nosso Governador e sua equipe, para fazer o Brasil dar um salto em poucos anos. Ele se fundamenta em três pilares em sua ordem de importância. Primeiro a *Nova Escola*, uma revolução no ensino básico. O aumento de renda das famílias mais humildes. E, finalmente, habitações sustentáveis de ótimo padrão, a preços do *Programa Casa Verde e Amarela*. O que é a *Nova Escola*? Operando em tempo integral, dos seis meses aos 14 anos de idade, da creche até o final do ensino fundamental, inclui no currículo escolar três novas matérias: Política, cidadania e empreendedorismo, computação e inglês. As escolas em tempo integral vão liberar as mães para trabalhar e ajudar na renda da família, com a tranquilidade de que suas crianças em ótimas escolas estarão protegidas das más companhias e do aliciamento das drogas. Junto da *Nova Escola* vem o *Bom Aluno Ecoparque*. Isso já fizemos há 28 anos, quando criamos o *Bom Aluno*, que seleciona na escola pública crianças de famílias humildes e lhes dá ajuda financeira e pedagógica para chegar à Universidade. Mantemos permanentemente 200 alunos no programa em Curitiba e outros 800 alunos são mantidos nas franquias sociais por empresários de outras cidades do Brasil. Desde 1998, nenhum dos nossos alunos jamais foi reprovado nos exames vestibulares que prestaram e 43% deles passaram em primeiro,

segundo e terceiro lugares, bem como muitos fazem sucesso no Brasil e no exterior. Temos alunos fazendo estágio na Nasa e doutorado na Universidade de Berkeley na Califórnia. Em 98, o ator da Rede Globo, Lima Duarte, mostrou os fundamentos e experiências do *Bom Aluno* e hoje passa de outra forma a compor o projeto no vídeo a seguir. Peço para passar o vídeo, então, do *Bom Aluno*.

(Apresentação de vídeo.)

SR. FRANCISCO SIMEÃO: Retomando, quero fazer aqui uma menção especial à minha esposa, fiel companheira, escudeira de 45 anos. Essa jovem mocinha que está aí. Também a minha filha, bonita, puxou a mãe. Uma menção especial a vários alunos, principalmente alunas do *Bom Aluno*, que vieram aqui nos prestigiar. Aprendemos muito com o *Bom Aluno* nesses 28 anos de sua existência. Mas sabemos que ele é muito pequeno frente às enormes carências das escolas brasileiras... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor.

SR. FRANCISCO SIMEÃO: O *Bom Aluno* vai continuar atendendo a mil alunos nas seis unidades existentes no Brasil, o que é, convenhamos, irrelevante para o País. O que demais importante aprendemos com o *Bom Aluno* é que o Brasil precisa mesmo melhorar a qualidade do ensino básico, orientando nossas crianças a compreender o que é cidadania e como funciona o Poder Público em um País democrático como o Brasil. Para suprir essa deficiência da escola, 20 anos atrás criamos a *Vila da Cidadania*. Projeto onde a criança aprende, de forma lúdica, como é ser cidadão de verdade e ter o privilégio de eleger seus representantes no Executivo e no Legislativo, participando diretamente do processo. O vídeo a seguir mostra detalhes da *Vila da Cidadania* e como ela pode ajudar na formação da criança. São apenas dois minutos.

(Apresentação de vídeo.)

SR. FRANCISCO SIMEÃO: E agora, finalmente, o *Programa Casa Fácil*, do Governo Ratinho Junior, promove motivação para o aumento de renda, qualificação profissional. Por falta de qualificação profissional, a produtividade do trabalhador brasileiro é sofrível, e os salários muito baixos. Nossa determinação é motivar os trabalhadores para eliminar esse grave problema brasileiro. Isso já fizemos em nossos empreendimentos. Seis indústrias que implantamos nos últimos 50 anos – sendo três delas com mais de mil funcionários. A experiência bem-sucedida na qualificação dos trabalhadores que nos permitiu triplicar os seus salários. O sucesso do *Projeto Bom Aluno* e a percepção da necessidade de melhorar o Ensino Básico do Brasil foram a base dos entendimentos com o Governo do Paraná para a implantação do *Projeto Nova Escola*; aumento de renda; habitações sustentáveis e de qualidade. Apoiado na primeira fábrica de prédios do Brasil, em Cascavel, que estará pronta no começo do próximo, aliás, neste ano ainda, para entregar os primeiros prédios ainda em 2023. Um projeto arrojado e plenamente viável com o condão de dobrar a renda das famílias no primeiro ano, que tem como meta triplicar a renda dessas famílias: marido, esposa e filhos no prazo de cinco anos. Essa meta é possível em razão da oportunidade que lhes está sendo oferecida e que será alcançada a partir da motivação da casa própria de qualidade, jamais imaginada pelo trabalhador conforme pode ser conferido no vídeo a seguir e peço que seja passado agora.

(Apresentação de vídeo.)

SR. FRANCISCO SIMEÃO: Muito obrigado pela oportunidade e pela paciência de terem me ouvido, as minhas colocações e me coloco, a qualquer tempo, para as críticas e sugestões, enfim, qualquer tipo de dúvida que houver. Estamos aí disponíveis para fazer os esclarecimentos. É um projeto muito ousado, muito importante, com metas grandiosíssimas, mas absolutamente viável, com os recursos já definidos. Estamos implantando duas fábricas no Paraná, a primeira em Cascavel, a segunda na metropolitana de Curitiba. Já temos os recursos disponíveis em caixa para fazer isso, e todo projeto é planejado de forma a não depender de verbas de Governo Federal, a não ser a melhor utilização do que já

existe. Então, gente, estou aqui disponível. Faz dois anos e meio que nos aprofundamos, discutimos, tem uma equipe fantástica cuidando disso nesses dois anos e meio, mas toda crítica é bem-vinda, porque qualquer erro que existir é melhor corrigir agora do que ter que corrigir depois do projeto iniciado na sua implantação. Muito obrigado! Estou à disposição dos senhores! (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Suspendo a Sessão por instantes, para que possamos fazer os registros fotográficos e também a entrega de um diploma ao nosso convidado.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Registro a presença da Sr.^a Lucineia Alves da Silva, Vereadora de Quatro Barras, por solicitação da Deputada Cristina Silvestri, e do Vereador de Paranavaí, Sr. Josival Moreira, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Sejam todos bem-vindos! Vamos à primeira oradora da tarde... Solicito ao Sr. 1.^º Secretário que proceda à leitura de Mensagens que acabam de chegar aqui à Casa.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, recebemos por parte do Governador Carlos Massa a Mensagem n.^º 107/2022, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.^º 496/2022), que cria a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, substituindo a atual Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, a Comec. Trata-se de medida que visa promover, implementar e monitorar a política estadual de desenvolvimento urbano, aprimorando a ação executiva do Estado do Paraná nos assuntos metropolitanos. Recebemos também, Sr. Presidente, a Mensagem n.^º 108/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.^º 497/2022), que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Transcorridos cerca de quatro anos de exercício do mandato, constatou-se a necessidade de formatar um rearranjo

das estruturas administrativas estaduais, a fim de buscar maior eficiência para o atingimento das metas e objetivos traçados para os próximos anos. Nesse contexto, a reformulação do organograma das pastas evidenciou a importância de nova segmentação... Aí faz todo o desdobramento aqui da criação de novas Secretarias Estaduais. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, o Governador do Estado requer que a tramitação da presente demanda seja apreciada em regime de urgência, nos termos do art. 66 da Constituição Estadual. Da mesma forma, ainda, na mensagem anterior, a 107, também é requerido regime de urgência nos termos constitucionais. Além disso, Sr. Presidente, recebemos por parte do Governador Carlos Massa a Mensagem n.º 109/2022, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 498/2022**), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Logística do Estado do Paraná – FDI/PR, vinculado à Casa Civil, destinado a financiar o planejamento, estudo, execução, acompanhamento e avaliação de obras e serviços de infraestrutura e logística em todo o território paranaense. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, requer que seja apreciado em regime de urgência este Projeto de Lei, com fundamento no §1.º do art. 66 da Constituição Estadual do Paraná, em razão da importância da matéria. Ainda, Mensagem n.º 110/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 499/2022**), que altera dispositivos da Lei n.º 13.666, de 5 de julho de 2002, que trata das carreiras de apoio, de execução, de aviação, socioeducativa e profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, e adota outras providências, com vista à readequação remuneratória, gerando um impacto de R\$ 185 milhões 533 mil 52 reais e 57 centavos em relação à medida, mas ao mesmo tempo requer que seja apreciado em regime de urgência este Projeto de Lei, com fundamento no §1.º do art. 66 da Constituição Estadual do Paraná, em razão da importância da matéria. Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos até o presente momento, porque pode excepcionalmente chegar mais alguma mensagem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): No horário do Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Cristina Silvestri.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Cristina Silvestri; Professor Lemos; Mabel Canto; e Requião Filho.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, imprensa que nos acompanha, hoje vou falar sobre a campanha mundial dos 16 anos de ativismo contra a violência da mulher. Até o ano passado, trabalhamos sobre os 16 dias de ativismo. A partir de uma sugestão e de uma lei de minha autoria, mudamos de 16 para 21. Por quê? Porque dia 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra e é muito significativo para todas nós mulheres, porque as mulheres negras são duplamente mais vulneráveis a todo o tipo de violência. Na campanha deste ano, por meio da nossa Procuradoria da Mulher, estamos atuando em três frentes, a municipal, a estadual e a federal. A primeira ação nossa nesta nossa campanha é a apresentação e disponibilização no site da Assembleia Legislativa do fluxo de atendimento à violência política de gênero. O documento foi desenvolvido por meio de nós, na Procuradoria da Mulher, com o Ministério Público, com a Coordenadoria Estadual do Ministério Público, para defender a igualdade de condições. Então, essa é uma ação hoje que inclusive temos aqui o documento onde desenvolvemos sobre a violência política e como funciona esse fluxo de violência política de gênero do Poder Legislativo. Então, está funcionando, tivemos já várias denúncias de violência política contra a mulher e por meio desse fluxo com o Ministério Público Estadual. A segunda ação importante este ano foi por meio de todas as Procuradorias Municipais. O que acontece? Recebemos muitas denúncias das Delegacias da Mulher em todo o Paraná e por várias vezes tentei falar com o Secretário da Segurança Pública para alertar sobre este problema e pedir explicações, mas faz três meses já que pedi essa audiência sem resposta. Liguei pessoalmente para o Secretário para falar sobre esse assunto e não obtive resposta. Então, o que estamos fazendo? É uma atuação conjunta com as Procuradorias Municipais, de fazermos um levantamento de todos os municípios que têm Procuradoria da Mulher para nos apresentar esse

relatório, e já recebemos vários relatórios igual às queixas que já recebemos pela Procuradoria, delegacia fechada, delegacia com plaquinha dizendo que é para atender na delegacia comum, locais incompatíveis com a presença das mulheres, atendimento por pessoal masculino, e várias outras queixas muito importantes. Então, vamos receber todos esses relatórios e vamos apresentar ao Governo, para que ele tome providências sobre esses casos das Delegacias da Mulher. E a terceira frente em que estamos trabalhando é o envio de um requerimento à Procuradoria Federal da Mulher, por meio da nossa Procurada, a Tereza Nelma, pedindo que seja apresentado em caráter de urgência um Projeto fazendo uma alteração legislativa na Lei n.º 4.737/65, do Código Eleitoral. O que é? Se essa mudança for aprovada, os agressores... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Cristina, por favor, para concluir.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Os agressores poderão ser presos durante os períodos pré e pós-eleitoral, o que hoje é proibido. E isso surgiu em virtude do caso daquela moça, da Suellen, em Prudentópolis, em que o marido matou na frente dos filhos, na frente da escola, a sua mulher, sem a mínima reação. Então... E ele não foi preso porque era pré-eleitoral. Então, realmente essa mudança na lei é muito importante para que casos como esse não venham mais a acontecer. E também nesse período serão promovidos debates sobre políticas públicas, mobilizações, ações da campanha de combate à violência e ao feminicídio. E também solicitamos à Assembleia Legislativa que fique iluminada com a cor... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada, por favor, conclua.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Para terminar. Essa é mais uma oportunidade de reforçarmos ações de combate à violência contra a mulher e lutarmos pelo direito à vida, à dignidade e à cidadania. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, todos os nossos visitantes que nos honram com suas presenças hoje aqui na Sessão, todos que acompanham a distância também esta Sessão, quero cumprimentar todos e todas. Quero também ressaltar a importância dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, no Paraná e no Brasil. Ressaltar também a semana de luta e combate ao racismo, pela promoção da igualdade racial no Estado e no nosso País. Quero, no dia de amanhã, tratar com mais profundidade tanto do tema do racismo, do preconceito, quanto do feminicídio, da violência contra a mulher no Paraná e no Brasil. Hoje fomos surpreendidos pela manhã com um documento do Governador, fato relevante, nº 6/2022. O Governador Ratinho Junior comunicando ao mercado que vai vender a Copel. Anunciou que estava mandando para a Assembleia Legislativa esse Projeto, que chegou hoje à tarde. Um Projeto que se aprovado aqui na Assembleia vai permitir a venda da Copel. O Governador, nesse documento, comunica que vai abrir mão dos 69,7% das ações ordinárias, para ter 10%, que são as ações que têm o poder de voto, o poder de decisão. Hoje, o Paraná tem praticamente 70% de decisão sobre os destinos da Copel, 69,7%. Mas o Governador também diz que quer reduzir a participação do Estado do Paraná, o capital social, da Copel, que hoje é de 31%, que chamamos de ações preferenciais, quer reduzir para 15%. Então, mandou o Projeto aqui para a Assembleia. É um ataque ao Paraná. É um ataque ao desenvolvimento do nosso Estado. Quando em 1954, Bento Munhoz da Rocha, o Governador da época, propôs a criação da Copel foi porque o Paraná tinha empresas privadas que não davam conta de fornecer energia elétrica para o desenvolvimento do Estado do Paraná. A Copel cresceu, é a maior companhia do Paraná, que teve um lucro líquido no ano passado de R\$ 5 bilhões, um aumento de 29% do seu lucro. Uma empresa que dá lucro batendo recordes a cada ano. Uma empresa que foi criada para desenvolver o Estado do Paraná. Agora, o Governador quer, como quis Jaime Lerner nos anos 90, vender a Copel. A população do Paraná se levantou contra e a Copel ficou como companhia do

Paraná, com o *slogan* “A Copel é Nossa”. Então, neste momento, o Governador usa a mesma justificativa que o Governador Jaime Lerner usou nos anos 90, dizendo que quer modernizar a companhia, que quer ampliar a competitividade da Copel. Abre mão de uma empresa que é do Paraná. O Governador é passageiro, foi reeleito para mais quatro anos, mas a Copel, criada em 54, é para permanecer nas mãos do povo paranaense. O lucro dela, parte do lucro que pertence ao Estado, tem que ser usado para o desenvolvimento do nosso Estado. A Copel não pode ser entregue para o mercado, para os mercadores, que estão à espreita. São chineses, são americanos, são de vários lugares querendo comprar a Copel. Por que querem comprar a Copel? Porque sabem que é lucrativa. Então, se dá lucro, se é boa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Professor Lemos, para concluir, por favor.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Como a Copel dá lucro, bate recorde, por isso, há o interesse do mercado em comprá-la. Ela é importante para o Paraná. O Paraná não precisa vender. O Paraná não está insolvente. A empresa não está quebrada. A empresa está dando lucro, a cada ano um lucro maior do que o ano anterior. Quero frisar aqui que no ano passado teve mais de 5 bilhões de lucro, um aumento de 29%. Quero aqui cumprimentar o Leandro Grassmann, que é o Presidente do Senge, que é copeliano, é Engenheiro da Copel, que está aqui ao lado de outras lideranças dizendo “não” à venda da Copel, porque sabe como copeliano da importância da Copel, como sabemos como paranaenses da importância da Copel. A Copel tem que ficar nas mãos do povo do Paraná. O Governador, quando candidato, disse que não venderia a Copel e também... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, conclua, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir. O Governo sempre disse que não iria vender a Copel. Passada a eleição, agora, surpreende-nos

negativamente com esse Projeto. Está errado o Governo, por isso, somos contra a venda da Copel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputados, Deputados, todos que nos assistem. Por evidente que o assunto hoje será com toda certeza a Copel, a privatização da Copel, esse anúncio que foi feito hoje aos acionistas e que chegou a esta Casa hoje na mensagem lida na Mesa. Claro que é um tema muito polêmico, diga-se de passagem, até porque terá grande repercussão. Ele incide diretamente na vida de todos os paranaenses, de todas aquelas pessoas que moram no nosso Estado, praticamente 5 milhões de consumidores, diga-se de passagem. No comunicado, li rapidamente o Projeto agora há pouco, mas, no comunicado que foi distribuído pela manhã, fala-se sobre um estudo elaborado pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais, que têm a intenção de transformar a Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador e que a operação objetiva a captação de recursos financeiros para suprir necessidades de investimentos. Aí eu pergunto: o que é que esse estudo diz? Ao analisar, agora, rapidamente, o Projeto, vi que o estudo não veio com o Projeto. Cadê esse estudo? O que ele diz? Alguém já viu esse estudo aqui nesta Casa, já que será votado aqui o Projeto? Quais são os pontos positivos, quais são os pontos negativos, que o estudo diz em relação à venda da Copel? E também quais são os investimentos tratados no Projeto e nesse anúncio, os investimentos que serão realizados com a venda da Copel? Acho que por hora, por hora, não se trata de ser a favor, de ser contra o Projeto, mas de fato do que é que vai acontecer se, evidentemente, confirmar a venda da Copel. Onde será investido o dinheiro, os recursos da venda da Copel? Por exemplo, Deputado Arilson, se esses investimentos com a venda da Copel, será que vão ser investidos, por exemplo, na área da saúde, Deputado Tadeu, para diminuir a fila da saúde no Estado? Ou será que é para construir escolas, ou de repente contratar policiais, professores, que tanto precisamos? Então, precisamos saber

se querem vender a Copel, para fazer investimentos, para onde é que vão esses investimentos? Outra pergunta importante, o *Programa Energia Solidária*, o que vai acontecer com esses 336 mil beneficiários do programa? O benefício será mantido para essas pessoas? Sabe, acho que talvez até seja importante para o Paraná se render mais a venda da Copel, ou talvez não seja, talvez seja melhor continuar com a empresa mais rentável do Estado do Paraná, que gera um lucro de R\$ 5 bilhões. Só não pode é dividir em bônus para a diretoria, não é, Deputado Requião? Isso não pode acontecer. Mas, enfim, acho que na verdade a minha fala é no sentido aqui hoje de que temos que discutir, e o Projeto chegou aqui em regime de urgência. E pensava que teríamos um tempo maior de discussão, inclusive ultrapassando o nosso recesso que está aí a vir a menos de um mês, porque se trata da maior discussão talvez desta legislatura, com os pedágios. Não é em um mês que vamos resolver. Mas pelo o que vi aí parece que o atropelo vai ser nesta semana mesmo ao que tudo indica. E temos que fazer a discussão com a população, ouvir os verdadeiros donos da Copel, que é o povo do nosso Estado. Inclusive acho que deveríamos fazer Audiências Públicas promovidas por esta Casa nos mesmos moldes do que aconteceu com os pedágios. Vejam como foi importante ouvir a população nas Audiências Públicas sobre os pedágios. Isso deve acontecer também com a Copel, ouvir o que a sociedade civil organizada do Estado pensa, se vale a pena ou se não vale a pena. Sei que a Copel... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Mabel, por favor, para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para concluir, Presidente. Sei que a Copel já foi palco aqui nesta Casa de grande guerra, o Deputado Tadeu estava aqui pelo o que lembro, com outros Deputados, e a população se indignou contra uma possível venda. E acho que para que isso não aconteça novamente precisamos de diálogo, que é o que sempre o Governador fala, diálogo, debate. Então, vamos fazer o debate, seja aqui nesta Casa, seja com a população lá fora, mas que tenhamos tempo, não no atropelo. Volto a falar, uma vez eu disse que o

Governador Ratinho Junior teria um currículo pior do que o Ex-Governador Jaime Lerner devido aos pedágios, mas acho que também vai ficar no quesito da Copel. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, caros Deputados. É incrível vermos mais uma vez o Governo tentando mentir descaradamente para a população. O Líder do Governo vai subir lá e vai dizer que não é privatização, que eles estão diluindo capital, diluindo as ações, diluindo ativos. *Gato que nasce no forno não é biscoito.* Privatização e entrega de controle é privatização. Podem dar o nome que quiserem, mas a verdade é que estão vendendo a Copel, uma empresa que dá lucro, e tem dado, inclusive durante a pandemia, lucros absurdos para os seus acionistas, tendo uma tarifa muito acima daquilo que ela deveria ter. A tarifa da Copel gera para o Governo do Estado e para os seus acionistas, Presidente, muito dinheiro. E agora o Governo quer vender a Copel. É como se você tivesse um apartamento alugado, que lhe garante um aluguel mensal maravilhoso, e você vai vendê-lo por menos do que a renda que ele lhe garante. Como fizeram com a Copel Telecom querem fazer com a Copel. São tão atrapalhados e são tão ruins no seu trabalho, mas são tão bons em mentir, que o Ratinho se reelegeu Governador e disse que não iria privatizar a Copel e está aqui privatizando. Mas são tão ruins que o Projeto de Lei enviado a esta Casa tem discrepâncias com a nota relevante feita pela Copel para os operadores do mercado. Há divergências, Deputado Arilson, entre os números da nota e os números do Projeto de Lei. Isto em si já é o suficiente para pararmos essa votação ridícula e atropelada em regime de urgência. Acredito que o Ratinho deve estar fazendo um bom negócio, para alguém, mas não para o Estado do Paraná. O mundo está revertendo privatizações na área de água e energia. França, Inglaterra, Alemanha, o mundo está revertendo as privatizações em áreas estratégicas como água e energia. E aqui no Paraná a conta de luz ficará mais cara para as indústrias, ficará mais cara para o agro, ficará mais cara para as

empresas, ficará mais cara para as famílias paranaenses, e na sequência o investimento irá diminuir. A conta não fecha. Alguém está enchendo as burras de dinheiro, tanto que, Sr.^s Deputados, na sexta-feira tivemos uma movimentação atípica nas negociações das ações da Copel. Tudo indica que alguém sabia desta nota e que alguém ganhou muito dinheiro comprando ações na semana passada. Vamos descobrir quem foi, e queremos saber por que eles sabiam antes. Estaremos aqui com o povo do Paraná lutando para que a Copel, energia paranaense, continue sendo do povo do Paraná. E o Governador precisa explicar para quem é um bom negócio a venda da Copel? E quero ver os Deputados que há muitos, desde há muito estão nesta Casa, que estavam aqui e lutaram contra a venda da Copel pelo Jaime Lerner, se mudaram de posição ou se continuam fiéis às suas crenças. Tenho cá as minhas dúvidas. O tempo dirá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Homero Marchese (REP); Tadeu Veneri (PT); Marcel Micheletto (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas, e os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bem, o que está acontecendo com o nosso Brasil? De repente isso aqui virou uma baderna. De repente o que nós, Parlamentares, o que nós do Legislativo fazemos não tem mais valor. Então, para que manter, Deputado Tercílio, o Legislativo? Se criamos leis, que são sancionadas por Governadores e pelo Presidente e ninguém as cumpre, e o órgão mais alto que tem, que é a Suprema Corte, é o primeiro a não cumprir lei alguma e não cumprir a Constituição Federal, onde vamos parar? Temos hoje uma pessoa que preside o TSE que é um cara insano, um caro desprovido de tudo de bom, um cara recheado com o mal, um cara que não tem vergonha na cara, que é este Ministro Alexandre de Moraes. Quem o senhor pensa que é, Ministro? O senhor é o ditador do nosso Brasil e acha até quando o

senhor vai ficar? O senhor está causando uma guerra em nosso País, está parando tudo. Os caminhoneiros estão parando, o povo se manifestando pacificamente, por enquanto, porque o povo brasileiro é pacífico, é da paz. Mas tudo tem limite. Aos caminhoneiros, os meus parabéns. Não incentivo fechar rodovias, mas o direito de trabalho é de cada um. Se for pelo bem do Brasil, tudo é importante e bem-vindo. Temos aqui uma eleição presidencial recheada de dúvidas, recheada de inconsistências. Urnas essas que a grande maioria não foi auditada. E agora o Partido PL, em uma auditoria de uma empresa idônea, viu que todas as urnas abaixo de 2020 têm o mesmo número. O mesmo número em todas as urnas. Não tem como fiscalizar e auditar essas urnas. E após ele divulgar isso, que vai entrar na terça-feira pedindo a anulação dessas urnas, estranhamente ontem, domingo, lá em São Paulo, no antigo prédio do Tribunal Regional Eleitoral, um caminhão retirando urnas. Está filmado. Um caminhão com chapa de Brasília, não é uma empresa segura, deveria estar acompanhado da Polícia Federal. Não. Quatro caras carregando urna. E o dono do caminhão é de Brasília e filiado ao PT. Ora, virou um esculacho isso? E vocês acham que vai continuar? O ex-presidiário, no primeiro discurso dele, deu um prejuízo de mais de R\$ 150 bilhões no mercado financeiro. As ações da Petrobrás perderam mais de cem bilhões e o dólar disparou para o valor mais alto, 5,50. Essa é a tragédia de colocar um ladrão no poder em uma votação, em uma eleição totalmente duvidosa. É vergonhoso um homem que fez uma campanha sem povo nenhum na rua, ganha a eleição por 0,9 e, estranhamente, teve a maioria dos votos nas urnas antigas, nas novas não teve. Ora, qualquer trouxa entende que algo de muito errado está acontecendo. Então, o Sr. Lula cada vez que abre a boca dele, aquela boca de um mentiroso, de um ladrão, é um caos para o nosso Brasil. Esse homem já foi presidente, já roubou, saqueou o Brasil e agora, sem assumir, já está dando prejuízo bilionários e diz que o teto de gasto não tem importância. É um animal. Ele e aquela Deputada Gleisi Hoffmann, é outra que devia estar na cadeia também uma mulher daquela. Falar que o mercado está cheio de *mi-mi-mi*. Ora, Dona Gleisi, quem mantém os empregos e a renda no Brasil são os empresários, o mercado. Vá estudar um pouco de economia e veja a importância de um teto de gastos em

qualquer empresa. Vocês querem saquear o Brasil de novo. Não vão conseguir. O povo brasileiro não aceita esse larápio como presidente. E nem aceita esses Ministros da Suprema Corte. Agora, a lei vale para quem? Para eles não vale. Vou ler aqui o que aconteceu. Os Ministros foram para Nova Iorque. Pagos por quem? Pela empresa do João Dória. Diz aqui o artigo 117, da Lei n.º 8.112/90: "Ao servidor é proibido receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições." É crime o que eles cometem e ninguém fala nada. E o Lula que diz que foi convidado para palestrar no Egito. Mentiu. Ele foi convidado por uma ONG ligada lá ao Governo do Amazonas para discursar para meia dúzia de brasileiros. Esse ordinário foi lá falar bobagem do Brasil. E mentiu. E cometeu um crime grave. Ele foi em um avião de um amigo. O amigo da Qualicorp, aquele que já foi preso e investigado por *lavagem de dinheiro*. Em um avião que custa cinco mil dólares a hora viajada. Essa viagem do Lula custou mais de um milhão e meio. Aí pergunto: a Suprema Corte vai fazer se cumprir a lei? Artigo 317 da Lei n.º 2.848/40. Artigo 317: "Solicitar ou receber para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceitar promessa de tal vantagem, reclusão de dois a doze anos." Doze anos é a pena que ele deveria estar cumprindo. Agora já cometeu outro crime. E será que nenhum parlamentar vai falar nada aqui? Ou vocês do PT acham bonito quando alguém não cumpre a lei? Ou vocês perderam toda a noção, toda a vergonha na cara ou deviam se manifestar naquela tribuna e dizer: *Sim, o Lula cometeu um crime...*

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem*.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Por favor, não dei o tempo para ele.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado, por favor.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Se o Deputado quer falar em vergonha na cara, tome ele vergonha na cara! Não admito.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não tem *pela ordem*. Não dei tempo para ele. Corta o microfone dele, Presidente. Não perguntei a sua opinião.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Ricardo Arruda, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Tem decoro aqui dentro, Sr. Presidente. Tem decoro. Tem decoro aqui dentro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Ricardo Arruda, um minuto, por favor.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Baixa a bola.* Quer falar para a tua rádio, fale. Quer falar em sem-vergonha, fale.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, corte o microfone para podermos restabelecer a normalidade aqui na Casa. Por favor. Deputado, por favor, a Mesa está pedindo. Deputado Tadeu, por favor. Segurem o Deputado Tadeu aí! Deputado, vamos acalmar os ânimos. Deputado, por favor, espere um pouquinho. A Mesa quer restabelecer a ordem aqui. O Deputado Traiano já falou inúmeras vezes aqui que devemos nos comportar de maneira sem fazer agressão às pessoas. Deputado, por favor, colabore com a Mesa. Acho que as palavras que V.Ex.^a colocou realmente agridem os Deputados e agridem também quem foi eleito Presidente da República. Não queremos interferir no discurso de V.Ex.^a, mas, por favor, respeite os colegas e vamos respeitar a autoridade. Está restabelecido o tempo de Vossa Excelência.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Volto aqui e repito: O que é grave é descumprir uma lei e ninguém falar nada. Aí não vejo nenhum Deputado deles falar nada. Ele descumpriu uma lei. Ele recebeu favor de um empresário. Isso é crime. Crime no artigo 317. E não é crime bobo não. A reclusão é dois a 12 anos. Ora, não posso ficar indignado com isso? Eu e a população brasileira, em sua maior parte, está indignada, porque as leis só são cobradas de quem é cidadão de

bem. De marginal, de ladrão, de vagabundo não. Vale tudo. Como isso? O Deputado aqui do PT chamou o caminhoneiro de vagabundo. Caminhoneiro é trabalhador e tem o direito de se manifestar. Tem o direito. Ele não tem que fechar estrada nenhuma, porque sou contra isso. Agora, eles podem ficar parados e não levar mercadoria e nem buscar. Quero ver quem vai buscar agora. Mande. Vão lá os petistas carregar mercadoria. Agora vem defender o indefensável. E vou ter que me calar vendo aqui Ministro do Supremo descumprir lei. Candidato eleito a presidente, que nem poderia ser candidato, deveria estar na cadeia, descumpre lei e ninguém vai falar nada? Vão ficar quietinho aqui neste Parlamento? Não, temos que falar a verdade para o povo inteiro ouvir. E esse sujeito que ganhou, de forma duvidosa, duvido que ele vai assumir o poder. Vamos ver, daqui a alguns dias, se a lei e a ordem vão voltar em nosso País. O povo está na rua se manifestando pacificamente com suas famílias. Aí vem o Conselho Nacional de Justiça pedir para a polícia tirar os filhos de quem está em manifestação. Ora, acabou a nossa liberdade. Estão cerceando a nossa liberdade. Estão cerceando o que a Constituição Federal nos deu. Será que o pai não pode levar o filho onde ele quiser? Não está levando no crime. Não está levando para usar droga. Não está em boate. Está levando em manifestação pacífica e ele tem todo direito. Agora, o MST invadiu uma sede da Caixa Econômica com família... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O MST invadiu uma sede da Caixa Econômica. Já começaram as invasões deste Partido criminoso. Aí não vi nenhum Juiz determinar que as crianças que estão lá nesse prédio invadido com os pais fossem retiradas, estão em uma invasão, em um ato criminoso. Aí ninguém fala nada. Querem tirar as crianças dos pais que estão em manifestações pacíficas, que é um direito constitucional. E lutarei aqui, sim, por nossa Constituição, por nossa liberdade e pelo nosso Brasil verde e amarelo. E doa a quem doer. Não vamos nos calar. Ninguém vai cercear a nossa voz. Já começou a ditadura do Judiciário e todo mundo está vendo aí. Só não enxerga quem não quer. Vejo muito

Parlamentar que defende a democracia e está totalmente calado agora, aceitando tudo, tudo calado. Isso é uma vergonha... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Homero Marchese, pelo Republicano.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): O senhor poderia pedir para o pessoal das notas taquigráficas encaminhar o último discurso para a nossa assessoria jurídica, por favor?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Discurso do Deputado...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Do Deputado Ricardo Arruda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, pois não.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Faz uma semana e um dia que minhas redes sociais foram removidas do ar sem qualquer prévia notícia e, principalmente, sem posterior notícia. No dia 13 de novembro, recebi ao meio-dia mais ou menos a notícia de que as pessoas tentavam acessar meu *Facebook*, meu *Instagram*, meu *Twitter*, e não conseguiam. E havia, no *Twitter*, uma mensagem de que a conta havia sido retida por uma demanda legal. Desde então temos procurado incessantemente, junto às redes sociais e junto aos Tribunais Superiores do País, de onde possivelmente teriam vindo as ordens, saber o que de fato aconteceu, porque não sei por que me retiraram o ar; por conta de qual publicação, quais publicações; e, principalmente, qual o tribunal, qual o Ministro teria determinado essa censura às minhas redes sociais. Buscamos com servidores, funcionários das redes, não conseguem informar. Não sei se eles têm

medo de informar alguma coisa, a impressão que dá é essa mesma, porque imagino a capacidade que uma rede social tem, uma empresa de tecnologia dessa tem, poderiam solucionar essa dúvida em questão de segundos, mas nunca me respondem o que está acontecendo. Procuramos o TSE e o STF, fizemos petições que não são respondidas e ligamos várias vezes para os tribunais e não somos respondidos. Fizemos um pedido à Ministra Rosa Weber que, na sexta-feira, e aí chegamos ao óbice dessa história, Deputado Nelson Justus, informou que existem processos sigilosos na Corte e ela não tem acesso a esses processos que talvez seja um deles. Ou seja: a Presidente do principal Tribunal do País não sabe se tem processo contra mim, naquele Corte. E entrei em contato com vários Deputados censurados no Brasil, também, e aconteceu exatamente com eles. Exatamente não, aconteceu com eles coisa muito parecida, mas com uma ressalva: eles tinham desde o início o número do processo que levou à censura das redes deles. Eles sabiam porque foram comunicados pelas empresas. E chegando ao TSE ou ao STF aí eles passam a ter outros problemas que é ter acesso aos autos, porque diferentemente do que acontece com os processos em regra naqueles tribunais, que são eletrônicos, esses processos de censura são em papel. Ao advogado só é dado vista dos autos no balcão do gabinete do Ministro em que instaurou, ali, o seu tribunal particular. Vejam o absurdo dessa situação no nosso País! Enfim, a OAB parece que vai reagir em relação a isso. Vários presidentes de OABs Seccionais – inclusive aqui do Paraná – fizeram um pedido ao Conselho Federal da OAB para que procure junto ao Supremo Tribunal Federal uma solução para esse grave cerceamento de direito de defesa.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Permite um aparte na sequência, Deputado?

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Sim. Do direito ao devido processo legal. E vejam só os senhores: não só a publicação ou as publicações de que não gostaram foram retiradas do ar, como todas as minhas redes sociais. Redes que demorei anos para construir. Milhares de seguidores: *Facebook*, *Instagram*, menos no *Twitter*, mas nas outras redes milhares de seguidores que simplesmente perdi contato de uma hora para outra! Todas as publicações que fiz

inclusive quando era Vereador de Maringá, todas que fiz aqui, como Deputado Estadual, 99% delas sem nenhuma relação com o STF ou com o Tribunal Superior. Todas saíram do ar. É como se parte da minha personalidade tivesse sido apagada, porque, na verdade, hoje, você consegue apagar a página da personalidade de uma pessoa se você remover a sua participação da internet, especialmente de um político. Todos dependemos cada vez mais das redes sociais para trabalhar. Ouvimos eleitores, conversamos com os eleitores, expomos nosso ponto de vista, tentamos convencer as pessoas e sermos convencidas por elas do que estamos tratando. E não consigo mais fazer isso! Hoje chegou a esta Casa uma série de projetos e – a não ser pela criação agora de redes reservas que fiz ontem, que têm poucos seguidores porque não tenho tempo de criar a quantidade que tinha – não vou conseguir conversar da maneira como queria com as pessoas. O que está acontecendo no País é, além de violação clara à liberdade de expressão, prevista no art. 5.º, inciso IX da nossa Constituição, violação à regra que impede a censura também prevista no art. 5.º e no art. 220, §2.º da nossa Constituição; e violação à imunidade parlamentar garantida no art. 53 e no art. 27 da nossa Constituição Federal. Faço questão de ler alguns desses dispositivos. Art. 220: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. Parágrafo 2.º: “É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.” Art. 53: “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.” E o pior de tudo isso é que não fiz nenhum tipo de afirmação criminosa, porque sou, acredito que sou, uma pessoa moderada. Mas hoje isso não importa mais porque eles começaram censurando os radicais, mesmo quando não podiam; passaram a censurar empresários por *posts* de *WhatsApp*, por *posts* de *Facebook* e agora chegaram, digamos assim, nos moderados e não vão parar se, infelizmente, não forem parados. Graças a Deus, Deputado Tadeu, pude nos últimos anos criticar muito o STF e o TSE. O STF especialmente que era o tribunal que devia pacificar o País e virou o gerador do caos no País. Critiquei muito, pedi renúncia de Ministro do STF, pedi *impeachment*

de Ministro do STF, peço de novo e acho que eles merecem. Critiquei a atuação deles no julgamento de ações de corrupção que liberaram pessoas para se candidatar; critiquei a atuação deles durante a campanha eleitoral; volto a criticar a atuação deles censurando pessoas e, invariavelmente, da mesma corrente política, porque posso fazer isso, devo fazer isso e é isso que alimenta uma democracia. Quando você não pode mais criticar as instituições porque elas não gostam de ser criticadas, a democracia morreu! Isso é tão evidente, isso é óbvio. E como disse mais uma vez aqui: a liberdade de expressão ela tem um fundamento utilitário muito claro de fazer com que as melhores ideias prevaleçam na sociedade. Li hoje um artigo e acabei esquecendo-me de imprimir o nome do autor do artigo, mas ele citou Stuart Mill, dizendo o seguinte: “A censura é um roubo que se faz à humanidade, porque se a opinião for correta, rouba-se a chance de trocar o erro pela verdade. Se estiver errada, rouba-se a chance de reforçar a verdade ao vê-la contrastada com o erro.” Ora, Supremo Tribunal Federal e TSE, vocês precisam deixar também de achar que o mundo gira em torno de vocês. Tudo gira em torno de vocês! Parem de *apagar o fogo com gasolina* porque o efeito tem sido contrário. As manifestações de caminhoneiros que estavam bloqueando uma série de rodovias cresceram, aumentaram, até que diminuíram. Vai o STF e o que que faz? Manda bloquear conta de caminhoneiro, manda bloquear conta de transportadora, manda até bloquear conta de banco, por, talvez, desconhecer o direito e não entender a figura da alienação fiduciária. Voltam as manifestações de novo, voltam os fechamentos das rodovias de novo. A intenção não era superar as eleições? Por que que não param com essa censura absurda que volta esse assunto toda hora à tona? Porque as pessoas estão nas ruas lutando contra a censura também. E toda vez que uma pessoa é censurada, voltam os argumentos em relação a isso. Vou dar aparte para os Deputados. Gostaria primeiro de ceder para o Deputado Tadeu, depois para o Deputado Michele, que pediu, e depois para você...

Deputado Tadeu Veneri (PT): Deputado Homero, já me manifestei ao senhor, tenho discordância de uma série de situações que o senhor coloca – o senhor sabe disso. Coloquei inclusive para o senhor que acho que discordo da sua

opinião, mas a respeito, mas discordo daquilo que o senhor disse com relação ao devido processo legal que condenou o ex-presidente Lula, porque não há, no meu entendimento e no entendimento de vários juristas, que não sou eu, mas vários juristas, que não há prova concreta, mas o senhor tem todo o direito de fazer a sua defesa. E o senhor sabe que, embora com divergência, respeito muito a sua posição. Não podemos repetir processos kafkianos. *O Processo*, de Kafka, é muito feliz quando faz o seu livro, o seu principal livro, e fala da condenação feita sem que o condenado saiba qual é a razão e qual é a origem da sua condenação. Se o STF tem alguma condenação ou alguma dúvida ou algum crime que ele entenda que tenha ocorrido, é óbvio que ele tem que explicitar, até que possa ser feita a defesa. Então, como falei para o senhor de forma privada, faço aqui de forma pública. Fico ao seu lado nesse caso específico, embora tenhamos todas as... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, um minuto para concluir.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Com todo o respeito que acho que temos que ter um pelo outro, justamente por isso que fico ao seu lado. Obrigado, Deputado!

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Muito obrigado, Deputado Tadeu! Presidente, gostaria só... Presidente. Presidente. Presidente, pediria só que o senhor desse um pouquinho mais de tempo hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Por conta de um ataque aqui que, no final de contas, é um ataque à figura dos Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Pois não, Deputado.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Obrigado, Presidente! Deputado Michele.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Agradeço o aparte, Deputado Marchese, e assim, só para resumir. Gostaria de fazer minhas as palavras do Deputado Tadeu Veneri. Tenho discordâncias ideológicas às suas, mas respeito a sua qualidade como Deputado. E, nessa questão, de forma muito específica, também acho que está sendo cerceado o seu direito à defesa de pelo menos saber o porquê que foram censuradas as suas redes. Acho que democracia é isso, é respeitarmos a liberdade e se juntar quando se cometem excessos, daí não importa da onde ou de quem. Conte com a minha solidariedade nessa questão.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Obrigado, Deputado Michele! Deputado Evandro.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Homero, queria um aparte também, se o senhor permitisse.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Queria apenas também me colocar, em um exercício aqui, colocar-me no seu lugar, porque você tem as suas redes simplesmente tiradas do ar, sem que você saiba, não tenha nenhuma informação. Mesmo tendo procurado a Justiça para obter informação de uma possível ação em nível da Justiça, e não ter respostas, e não saber por que, é uma coisa extremamente absurda e, assim, solidarizo-me. Também sou contra qualquer tipo de censura. Podemos ter discordâncias, mas jamais podemos aprovar o que de fato aconteceu com V.Ex.^a. E até acho que me dirigindo ao Presidente desta Casa, que esta Casa deveria, Sr. Presidente, manifestar-se de algum modo e contribuir com este momento que o Deputado Homero vive nas suas redes, porque não é possível que isso aconteça, e poderia ser qualquer um de nós aqui.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Muito obrigado, Deputado Evandro! Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Homero, quero dizer o seguinte, que V.Ex.^a, que tivemos já tantas divergências, quero dizer que neste ponto convirjo com V.Ex.^a porque o que combatemos, e na década de 70 era

jovem ainda, combatemos a ditadura e o estado de exceção. Contra isso tenho na minha vida a democracia como o norte, e democracia pressupõe contraditório, democracia pressupõe diálogo, democracia pressupõe respeito ao Estado Democrático de Direito. E entendo que de fato a retirada das suas redes sociais sem que haja, e se houver o devido processo legal, infelizmente, sem o contraditório. Então, quero dizer que V.Ex.^a não pode efetivamente estar cerceado do seu direito de manifestação porque, aliás, diga-se de passagem, sempre o faz de forma muito contundente, mas de forma muito objetiva e respeitosa, aceita o bom debate. Então, minha solidariedade. Entendo que esta Casa aqui deve até eventualmente, Sr. Presidente, encaminhar um pedido de informações em relação a essa questão que envolve as redes sociais do Deputado Homero, porque indiscutivelmente o direito de ele se manifestar é legítimo e, pelo que sei, ele em absoluto praticou ou fez qualquer ato que fosse antidemocrático ou que pudesse significar um atentado à democracia, então, ou ao Estado Democrático de Direito. Então, minha solidariedade a V.Ex.^a.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Obrigado, Deputado Romanelli!

Deputado Marcio Pacheco (REP): Um aparte também.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Por favor.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Deputado Homero, quero... V.Ex.^a sabe que ladeamos, temos inclusive convergência ideológica, inclusive estamos no mesmo Partido. Quero dizer que também me somo a V.Ex.^a nessa solidariedade. Não consigo compreender e, do ponto de vista do direito, entender qualquer sanção sem que haja, como o Deputado Romanelli muito bem assim discorreu, um processo jurídico, um processo judicial mínimo para que V.Ex.^a tenha condições de fazer o contraponto da acusação que não há. Então, quero dizer que também me somo a V.Ex.^a e quero, também, Presidente, dizer que como Líder da Bancada do Republicanos, da qual o Deputado Homero também faz parte, pedir a V.Ex.^a

que de fato esta Casa também tenha um posicionamento, que não se sustenta de fato, imagina, cercear um direito legítimo de expressão, que não houve nenhum ataque à democracia. Pelo contrário, sabemos o contraponto muito bem posto por V.Ex.^a. Então, conte com minha solidariedade e com meu apoio também.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Deputado Homero, o Amaro.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Por favor.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Só queria... Aqui, Amaro, estamos juntos com o senhor, em nome do Partido Republicanos, e não podemos aceitar esse formato que estão fazendo. Como foi o senhor, poderia ser qualquer outro Deputado aqui, e sabemos que tem Deputados que se elegem apenas pela rede social, e imagine o tamanho da perda desses Deputados sendo cerceado o seu direito. Então, conte conosco, e vai em frente porque o senhor tem todo o direito de fazer isso. Está bom? Conte conosco.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Muito obrigado, Deputado Amaro! Agradeço muito a opinião dos senhores, muitos inclusive com quem divergimos muito neste Plenário, mas no momento sabem reconhecer que um ataque a um Deputado é um ataque também a toda instituição nesse sentido. Esse processo não é kafkaniano porque não sei nem quem é o julgador. No livro do Kafka ele não sabia qual era a acusação. Não sei qual é a acusação, não sei qual é o julgador. Parece-me que é algo semelhante a entrar um Ministro do STF aqui e me remover da minha tribuna neste momento. É muito semelhante. Hoje, as redes sociais são um prolongamento desta tribuna. Agradeço a todos. Muito obrigado pelas manifestações. É isso. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero, já em algumas oportunidades tive a convicção de que, enquanto Presidente desta Casa, o Poder sendo atacado ou o próprio Parlamentar, é dever e obrigação desta Presidência, imediatamente, tomar as providências em relação a questões que ferem direitos constitucionais do Parlamentar. Portanto, V.Ex.^a pode contar com a

solidariedade da Mesa Executiva. Vamos determinar à Procuradoria da Casa para que imediatamente tome as providências necessárias no sentido de encontrarmos, enfim, uma resposta que possa dizer aquilo que todos esperamos. Entendemos que é uma grande ilegalidade, é um arbítrio essa invasão da privacidade do Parlamentar, o direito de se expressar. Mesmo tendo divergências internas aqui na Casa muitas vezes, mas o direito do Parlamentar tem que ser preservado. Então, esta Presidência vai determinar à Procuradoria para que, imediatamente, tome as providências e encaminhe expediente ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, com certeza, para que ele se manifeste sobre qual o aspecto legal essa invasão da privacidade de suas redes sociais.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Muito obrigado!

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Parabéns, Presidente! Como Ex-Presidente, não esperava outra medida de toda a Mesa que não fosse essa. Parabéns!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Obrigado, Deputados!

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Muito obrigado, Presidente Traiano! Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença da Prefeita de Santo Inácio, Dr.^a Geny Violatto, por solicitação do Deputado Soldado Adriano José. Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Deputado Homero, novamente, faço aqui as minhas palavras também que já foram ditas por diversos Deputados. Só para quem não sabe, porque me perguntaram, na verdade, Deputado Homero, *Metamorfose* e *O processo*, dois dos livros de Kafka. *O Processo* é o mais conhecido, justamente isso que V.Ex.^a colocou, quando de manhã Franz Kafka acorda é condenado, é levado preso e não exatamente qual crime comete e quanto mais se defende mais acusado é.

Acredito que é preciso que saibamos exatamente do que estamos sendo acusados, para que possamos nos defender. Isso não pode ser feito de forma genérica, de forma abstrata, de forma leviana, o devido processo legal, o senhor que é advogado sabe, tem que ser feito de uma forma onde as pessoas possam inclusive colocar as suas opiniões, a sua defesa e obviamente que fazer o julgamento. Falo isso porque também passamos por isso muitas vezes, Deputado. E quando fazemos a defesa desta Casa, Sr. Presidente, fazemos a defesa da democracia. Passamos por ataques! Tenho aqui 20 anos na Assembleia Legislativa, tenho divergências muitas vezes, Deputado Romanelli, com muitos Deputados e com muitas votações que foram feitas aqui, particularmente em uma que ficou muito conhecida, antes do 29 de abril, que foi no dia 12 de fevereiro; e quando as pessoas entraram aqui e ameaçavam entrar inclusive no local em que estávamos votando, lembro-me muito bem que o Presidente desta Casa, Deputado Ademar Traiano, solicitou que descessemos para acalmar as pessoas que queriam subir e fazer um linchamento dos Deputados, não só moral, mas físico. Era primeira votação do Paulo Litro, a primeira votação da Maria Victória, a primeira votação do Francischini. E desci e muitas pessoas me falaram: *Deixa acontecer. Não dá para deixar acontecer!* Talvez o Paulo lembre-se disso. Desci, Deputado Homero, e quando desci algumas pessoas inclusive ameaçaram me bater aqui embaixo. Lembro muito bem, Deputado Romanelli, que o Coronel que fazia a segurança falou para mim: *Deputado Tadeu Veneri, se o senhor descer, não garanto sua integridade física.* E ainda falei para ele: *Se o senhor não me garante integridade física, o senhor não vai poder garantir para ninguém aqui dentro.* E foi assim que conseguimos contornar e é assim que tenho feito nesse período todo, por isso mesmo que algumas vezes, quando fomos acusados ou atacados, a minha Bancada, sou Líder da Bancada, quando atacam a minha Bancada, atacam a mim e não deixo passar! Peço desculpas aos Sr.^s Deputados por ter me irritado, ao Presidente, que é o Professor Tercílio, mas não vou admitir que um Deputado suba naquela tribuna e fale que precisamos ter vergonha na cara. Vinte anos de mandato! Temos muito mais vergonha na cara do que muita gente que vota uma coisa aqui dentro e fala outra coisa lá fora. A nossa Bancada

não será agredida. Enquanto estiver na Liderança, não será agredida. Não é pessoal! Não é pessoal, é de respeito. Somos adultos e temos que ser tratados como adultos. Se alguém quer fazer molecagem para sair nas redes, para sair nos vídeos, para achar que xingando dá resultado, que faça, mas não conosco. Conosco não vai passar! Enquanto estiver na Liderança, não vai passar. Não vão ser um, nem dois e nem três xingamentos que vão fazer com que fiquemos quietos. Isso não vai acontecer! Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, como já foi dito aqui na Mensagem que chega hoje sobre a Copel, que o Governo do Estado faz um processo semelhante ao que foi feito na Eletrobras, duas coisas nos chamam a atenção e acho que vamos fazer este debate na CCJ, vamos fazer este debate em Plenário. A primeira, obviamente que o Governo teve durante todo esse tempo um período, Deputado Marcel, para capitalizar a Copel com aquilo que dava de lucro, um lucro bastante significativo inclusive, que tivemos um período em que as taxas cobradas pela Copel, como as demais também empresas do setor de telefonia, foram bastante elevadas e continuam elevadas. Isso não foi revertido para caixa, isso foi feito com uma distribuição de dividendos que tornou a Copel uma das empresas que mais paga dividendos no Estado do Paraná, talvez a que mais pague. Mas, o que me chama atenção é que no dia 19 de outubro de 2022, ou seja, agora, há uma proposta feita pela Copel, que aí me surpreende, porque... o que está se dizendo? É preciso, Deputado Arilson, fazer uma operação de redução do número de ações da Copel, para que possa haver recursos de caixa, cerca de R\$ 12 bilhões, que é o que se pretende, além da venda da Usina, Deputado Nelson Justus, de Foz da Areia. Mas, vejam os senhores, se é preciso fazer isso, por que a Copel, está aqui a proposta de juros sobre capital próprio de R\$ 970 milhões, ser distribuído agora? A Copel não precisa distribuir R\$ 970 milhões de juros sobre capital! Não precisa. Entretanto, essa mesma Copel, Deputado Arilson, o senhor que é economista, essa mesma Copel que o Governo do Estado diz que se capitalizar vendendo parte da Copel, vai fazer uma distribuição de 970 milhões. Não tem sentido! A JCP no valor de 600 milhões, com pagamento a ser realizado em 30/11. Aí diz: "A Companhia, empresa que gera, transmite e distribui e comercializa energia, comunica aos seus acionistas e ao

mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia, na sua 231.^a Reunião Ordinária, realizada nesta data, deliberou submeter para aprovação em Assembleia Geral Extraordinária – GE, a ser realizada em novembro de 2022, a distribuição de proventos sobre a forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 970 milhões.” Seiscentos milhões com pagamento a ser realizado em 30/11; e obviamente 370 milhões até o final de junho de 2023. Ora, Sr.^s Deputados, quem precisa capitalizar não distribui R\$ 970 milhões! É contraditório isso. O que está de fato sendo realizado é uma venda de parte significativa da Copel. Não é para capitalizar, não é para arrumar recursos para o próprio Governo do Estado, senão não faria isso. E aí me chama a atenção também que nestes Projetos que recebemos hoje, além deste que chama muita atenção da Copel, há outro que fala sobre... está aqui a mensagem, a mensagem que fala sobre as penitenciárias. Sabemos que as penitenciárias hoje estão, não podem ou não estão, justamente por serem atividade fim, não estão em condições de serem privatizadas. Está aqui, Projeto de Lei n.^º 492/2022, que revoga o §5.^º do art. 5.^º da Lei n.^º 17.046, de 11 janeiro de 2022. Só tem dois artigos nesta lei, Deputado Requião, o primeiro que revoga e o segundo, “está lei entra em vigor na data da sua publicação”. O que revoga esta lei? A492, se for aprovada. O art. 5.^º. O que diz o art. 5.^º da lei que está sendo citada aqui, a Lei n.^º 17.046? O art. 5.^º diz: “Não são permitidas PPPs nas funções indelegáveis do poder público exercidas exclusivamente por servidores públicos previdenciários de carreira, essenciais à execução da pena ao poder de polícia no âmbito do sistema prisional, as atribuições de segurança externa e interna dos estabelecimentos penais”. Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, aprovada esta lei na forma como ela está, isto tem que ser dito, o Governador Ratinho está propondo a privatização dos presídios. É isso! Enquanto estamos conversando sobre a Copel, que certamente chama a atenção, porque é a joia da Coroa, o Governo está caminhando para privatizar os presídios! Está aqui. Leiam, Sr.^s Deputados e assessorias, o Projeto de Lei n.^º 492, que revoga o art. 5.^º do §5.^º, que justamente é aquele que proíbe que tenhamos as PPPs nos presídios. Surpreende-me porque o Governo Ratinho desde o início havia dito que não faria nem a venda da Copel, nem a venda da

Sanepar, nem a venda... Aliás, o Líder anterior aqui dizia que não iríamos vender a Copel Telecom. Foi vendida! Foi vendida. *Ah, não vamos vender a Compagas.* Foi vendida. O Governador Ratinho parece que passou por um processo de amnésia, esqueceu aquilo que havia se comprometido durante o processo eleitoral.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Tem suas razões? Já lhe concedo. Só zerando, Deputada Luciana, e já lhe concedo. Tem suas razões? Deve ter... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Então, que explice isso na campanha eleitoral para que a população possa dizer: *Vou votar no Ratinho porque o Ratinho vai vender a Copel, vai vender a Copel Telecom, vai vender a UGA, vai vender o Sistema Areia, vai vender agora* também o processo todo de Sanepar. Vai vender tudo. Aí, tudo bem! Agora, dizer que não vai fazer e depois fazer é uma coisa muito contraditória. Deputada Luciana, concedo-lhe esses poucos segundos que temos.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada, Deputado Tadeu. Só quero me somar ao seu pronunciamento e dizer aqui da nossa preocupação. Primeiro, deixar bem claro que somos contra essa privatização da Copel. Segundo, essa questão com relação o porquê de o Governo querer vender a Copel. Uma empresa que é estatal, uma empresa que está dando lucro. Qual o interesse do Governo de vender uma empresa que dá lucro? Ficamos nos questionando. Aqui, quero me somar ainda mais ao seu pronunciamento com relação, porque o Governo não deixou claro isso na campanha, que ele era um defensor do Estado mínimo, onde está privatizando... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputada.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Só para concluir. Onde está privatizando a educação, onde está privatizando a Copel, a Sanepar e também os presídios. Fica aqui a nossa preocupação com a forma que esse Governo está conduzindo o Estado do Paraná. E como não deixou claro isso na campanha do seu pensamento, com relação a governar o Estado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez peço aos Sr.^s Deputados e às Sr.^{as} Deputadas desculpas por ter me irritado. Mas não posso ver uma Deputada, como a Luciana, com toda a sua educação, dizer que tem que *ter vergonha na cara*. Acho que qualquer Deputado ou Deputada, aqui, deveria pensar 10 vezes antes de falar isso. Se o Deputado Arruda não pensa, lembramos que a Deputada Luciana *tem vergonha na cara*. Todos temos e não será um Deputado que vai ficar *dando de dedo* na gente, para sair nas redes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, não entendi o questionamento.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deputado Traiano, é que o Deputado Arruda foi à tribuna e durante a sua fala disse que a Bancada do PT tinha que *ter vergonha na cara*. Nós temos. Não admito esse tipo de ofensa com a minha Bancada e com todos os Deputados e Deputadas aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Cabe a sua reprimenda. A Deputada Luciana é uma Deputada honrada, conhecemos o seu berço, de onde veio e merece toda a nossa solidariedade. Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Hoje, queria pedir, principalmente, a atenção dos nossos Deputados da Base, Deputados que entendem e que fazem parte de uma gestão onde o Governador Ratinho Junior imprimiu um ritmo de trabalho de governança, de gestão pública, que foi demonstrada nas urnas a sua aprovação. Tivemos uma

votação maciça da população paranaense, acreditando na maneira e na condução da gestão que o nosso Governador Ratinho Junior vem fazendo no Governo do Estado do Paraná. Essa maneira de gerir o Estado, de ter um comportamento republicano, de ouvir o setor produtivo, de ouvir as pessoas, de ouvir o setor público, de ouvir as entidades de classe, de dar tranquilidade, para que este Estado pudesse e chegou a ser hoje a quarta maior economia do Brasil. Foi por meio de uma gestão eficiente, comprometida, transparente, com resultados, que fez este Estado ter mais de R\$ 130 bilhões de investimentos. Um Estado que está em pleno desenvolvimento, em pleno crescimento, com obras estruturantes, gerando riqueza e, acima de tudo, gerando emprego para o povo paranaense. Foi por meio dessa condução, dessa repaginada política, de gestão pública, que fez com que esse ambiente político, que foi saudável, trouxesse investimentos para o Estado do Paraná. Isso foi recorrente, foi mostrado. O Paraná nessa última semana conquista a quarta colocação de importância do PIB brasileiro. É assim que precisamos continuar fazendo e acreditando naquilo que o nosso Governador vem demandando. Mas tivemos uma eleição agora majoritária à Presidência da República. Tínhamos um encaminhamento muito próximo com o Governo que perdeu as eleições. Avanços importantes, obras estruturantes, questões que aguardávamos há décadas, que viraram realidade no nosso Estado. Mas o povo brasileiro e não foi no Paraná, porque a maioria do povo paranaense queria a continuidade do Governo Federal, que apoiávamos, que é o Presidente Bolsonaro, o povo brasileiro escolheu outra gestão, outro comportamento, uma maneira diferente de governança e de gestão. Estamos focados em continuar fazendo aquilo que levamos de mensagem ao povo paranaense e que nos deu resultado de mais de 69% nas urnas, com a aprovação do Governador no primeiro turno. Agora, com um novo Governo Federal temos que alinhar as tratativas, com a nova gestão do Presidente Lula, que ganhou as eleições. O Presidente Lula está aumentando os Ministérios, teremos mais de uma dezena de Ministérios novos. Por isso que o Governador está trazendo à Casa essa nova roupagem, com mais Secretarias, porque temos dinheiro fundo a fundo. Temos que fazer essa nova roupagem para acompanhar essa nova gestão pública que o Governo Federal vai

trazer. Então, minha gente, gerir um Governo – já fui Prefeito – gerir um Governo de Estado, gerir um Governo Federal, tem maneiras, encaminhamentos, que muitas vezes fogem daquilo que queremos conduzir. O Estado do Paraná quer continuar alinhado às suas propostas. Até este momento tivemos a resposta do Governo do Paraná, com a sua população e tivemos uma grande aprovação na maneira de governança de gestão que estamos tendo. Mas com o Governo Federal precisamos que fazer uma nova roupagem, para que possamos ter as ações ligadas a esse novo Governo Federal e, por isso, uma nova reforma administrativa que o Governador está mandando. Quero aqui também dizer a todos vocês, que aqueles que me antecederam, vamos ter esse debate ainda hoje, amanhã e depois, com relação à Copel. A Copel não está sendo vendida, não está sendo privatizada. Privatizar é você entregá-la toda para um novo proprietário, um novo dono, é vender tudo. Não estamos vendendo toda a Copel como foi dito aqui. Estamos vendendo algumas ações porque temos concessão da Usina de Foz de Areia, do ano que vem, que se encerra, e precisamos ter estratégia. O Governo do Estado está tendo uma posição de vendas de algumas ações, mas continuará sendo o maior acionista; continuará tendo poder de voto; não mexe na tarifa; não muda o nome da companhia; não sai do Estado do Paraná. Então, temos que desmistificar a má informação que está sendo mandada, aqui, por alguns Deputados que estão tentando colocar que a Copel está sendo vendida, por inteiro, e não é isso. O Estado do Paraná, novamente, por essa maneira de governança, pelos maiores investimentos que tivemos, precisamos colocar a companhia nesse ritmo que temos: econômico, global, com essas novas tratativas. É muito diferente daquilo que foi no passado. Os maiores investimentos foram nessa gestão do Governador Ratinho Junior, recuperar um passivo que foi deixado de outros Governos, que não fizeram os investimentos necessários, como a companhia precisa. Estamos em um ritmo de trabalho econômico, no Estado do Paraná, em crescimento, em expansão, em avanço, principalmente, do agronegócio, das indústrias, gerando riqueza, gerando emprego, e precisamos ter uma companhia também atual, com essa roupagem nova de ser uma corporação, de deixar ela ainda mais robusta para continuar

sendo essa grande companhia que temos no Estado do Paraná. Então, não tem nada disso que está sendo vendida por inteiro a companhia, não está sendo privatizada, não está sendo entregue para mais um dono, tem regras nesse jogo. E por isso que quero tranquilizar todos vocês, que a maneira, o jeito de governança do Governador é de trazer cada vez mais o profissionalismo para dentro da companhia, é de avanços, é de eliminar interferência política dentro dessa companhia. É tratar a companhia de forma técnica, responsável e que ela continue sendo atual e fazendo aquilo que todo o povo paranaense, o setor produtivo quer, investimentos pesados para que este Estado possa continuar caminhando de forma correta, íntegra e transparente. O mundo muda, minha gente, a gestão pública também tem que mudar, também tem que avançar, também tem que profissionalizar, tem que acabar as interferências políticas dentro dessas companhias, e é isso que o Governador vem imprimindo. Não há um ato de corrupção na nossa companhia, não há um ato de corrupção no nosso Governo. Temos uma gestão inovadora, moderna, sincera com o povo paranaense, responsável, e jamais o Governador faria algo que não fosse de interesse para o nosso povo paranaense. Então, quero aqui dizer a todos vocês que estamos tratando com muita responsabilidade isso tudo. E temos que ter uma companhia atualizada, moderna, para que ela possa continuar robusta e participando da distribuição de energia e dando oportunidade, como o Governador fez nesses últimos quatro anos, os maiores investimentos da história dessa companhia, buscando aquilo que foi deixado principalmente por Governos passados, que não investiram com decência nessa companhia tão importante, não só do Paraná, mas do Brasil. Por isso, vamos desmistificar ponto a ponto aquilo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, para concluir.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Por isso que quero agradecer, Presidente, e dizer que a companhia não está sendo privatizada, não está sendo entregue para um novo dono. O Estado do Paraná continua majoritário nas suas

ações, o Estado do Paraná não deixará de ser a grande referência dentro dessa companhia. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, peço a V.Ex.^a que faça a leitura de duas mensagens que acabaram de chegar. Na sequência, Deputado Arilson.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Mensagem n.º 111/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 500/2022), que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pelo Estado do Paraná aos hospitais que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde – SUS, no exercício de 2022, com objetivo de permitir-lhes continuar prestando os serviços de assistência à saúde no cenário pós pandemia da Covid-19.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofícios n.ºs 2748 e 2758/2022** do Ministério do Desenvolvimento Regional, comunicando a liberação de recursos financeiros referentes ao cronograma de desembolso de convênio com o Estado do Paraná; **Ofício n.º 533/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 452/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.262; **Ofício n.º 537/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 945/2019, sendo convertido na Lei n.º 21.259; **Ofício n.º 511/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 331/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.243; **Ofício n.º 535/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 242/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.254; **Ofício n.º 529/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 354/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.256; **Ofício n.º 527/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 389/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.250; **Ofício n.º 531/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 431/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.251; **Ofício n.º 532/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei

n.º 445/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.252; **Ofício n.º 540/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 444/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.253; **Ofício n.º 536/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 349/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.263; **Ofício n.º 541/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 347/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.264; **Ofício n.º 521/2022** do Governador do Estado, solicitando a restituição do Projeto de Lei n.º 302/2019, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Michele Caputo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Passamos por um processo eleitoral há menos de dois meses e as privatizações não estavam na pauta do processo eleitoral. Passada a eleição, de imediato estamos aqui discutindo a privatização, sim, da principal empresa pública do Paraná, que é a Copel. Um processo brando, diferente do que foi feito na época do Lerner, mas com o mesmo intuito e a mesma ganância. Estamos na contramão do que tem sido feito pelo mundo todo, Estados Unidos, França, e outros países estão reestatizando água, saneamento e energia elétrica. Só de 2009 para cá foram mais de 900 processos de reestatização de empresas no mundo, voltando para o Estado, controles considerados estratégicos para serviços à população e para o desenvolvimento do País. Mas o Paraná, o Paraná da *compliance*, o Paraná da inovação, o Paraná da propaganda, rema no sentido contrário. E os principais fatos apontados por esses países, notoriamente muito mais desenvolvidos do que o Brasil, é que quando você leva para mercado privado, os preços aumentam, diminui o investimento em infraestrutura e há uma deteriorização nas relações de trabalho e nas condições de prestação de serviços. Quero lembrar o quanto que é estratégico para a economia o setor de energia. Já estamos construindo um material, estamos sendo alertados por estudiosos, de qual será o impacto desse ato de privatização. Quero lembrar também que o Governador, ao entregar o comando da Copel para o mercado financeiro, vai abrir

mão do bem mais valioso do Paraná. Olha, o discurso era o mesmo com o pedágio, que teríamos mais investimento, que ficaria melhor, veio o Tribunal de Contas da União e disse: "Olha, vocês estão errados, vai ficar mais caro, vai ter mais praça e mais tempo de contrato". E o que estamos vendo é exatamente isso. Mas, Maurício Requião, o pedágio também não foi tema de debate, assim como a Copel não foi tema de debate, assim como a Compagas não foi tema de debate. Temos o gás mais caro do mundo, tínhamos o pedágio mais caro do mundo e agora querem ter a energia mais cara do mundo. O que passa na cabeça do povo do Palácio do Iguaçu? Não sei e não consigo entender o que vem acontecendo. A prática e o discurso não caminham juntos. A distribuição de lucro da Copel saltou de uma média anual de 421 milhões nos oito anos anteriores para 3,1 bilhão no ano passado. Então, essa desculpa que precisa privatizar para encontrar nessa venda parte dos recursos, ela não é verdadeira. O que precisa na Copel é o entendimento do quanto ela é importante a ser utilizada para o desenvolvimento econômico do Estado. É só mudar algumas coisas, dentre elas, parar de repartir o lucro para o Banco de Nova Iorque, para o fundo de bombeiros da Califórnia, para o fundo de previdência dos professores de Los Angeles, para o Black Rock. É uma escolha política, é adotar como preferência, como preferência número um, perdão, o povo paranaense, produzir uma energia mais barata, produzir o desenvolvimento econômico, o Estado sendo solidário. A Copel nem na pandemia teve dó do povo. Precisamos aprovar uma lei aqui proibindo o corte de luz das pessoas que estavam em isolamento e das empresas na época da pandemia, porque via somente o lucro, isso que o Estado era o tutor que tem maior direcionamento político-administrativo sobre as votações. Vocês imaginem a partir da aprovação deste Projeto o que será da Copel. Será uma empresa voraz. Uma empresa com monopólio, que ficará na mão da Bovespa. Ficará na mão dos aliados, não do povo paranaense. Dos aliados do mercado financeiro. Aqueles que vivem do capital vadio. O capital especulativo, que apostam em ações. Por falar em ações, na sexta-feira agora passada, disparou as negociações de ações da Copel. Só hoje de manhã, 22% de aumento. Alguém está ganhando dinheiro com isso. Quem soltou essa informação para o mercado antes do tempo? Quem

vazou? Quem que está fazendo isso com o povo paranaense? É essa Copel que é objeto de ganância de muitos. Precisamos entender uma coisa, vender a Copel é, literalmente, roubar o patrimônio do povo paranaense. Nós, da Oposição, já protocolamos um requerimento pedindo imediata suspensão desse Projeto aqui dentro. Estamos indo na CVM, Comissão de Valores Mobiliários da Bolsa, denunciando o vazamento de informações privilegiadas, que é crime, é crime, está previsto tipificação para esse delito, que faz com que as ações tenham esse ganho que tiveram na sexta-feira. Estamos indo no Ministério Público Federal apresentando uma denúncia e recorrendo ao Tribunal de Contas do Estado para que entre nesse processo. Chega desse discurso. Chega de querer colocar tudo na Bolsa de Valores. O povo do Paraná não precisa disso. Vi o Projeto de Lei. Até tem uns pedidos, uma súplica para se manter a sede da Copel em Curitiba. Isso é uma vergonha, não tem que manter a sede em Curitiba, tem que manter todo o patrimônio, inclusive autoridade sobre a geração, produção, distribuição de energia. Conquistamos essa empresa pública dessa magnitude por várias lutas, de vários Governos, não é só Governo "A" ou "B". Ao longo do tempo a Copel se tornou orgulho do povo paranaense, e a Copel não será mais nossa, essa é a verdade. Então, temos que voltar aqui e cair para a realidade. Não existe realidade virtual que vai terceirizar, ou só diminuir um pouco a participação, não, a realidade que existe é que o Estado perde domínio político, administrativo, societário diminuído e não mandará mais na Copel. Ficaremos a reboque do que pensa a Bolsa de Nova Iorque, ficaremos a reboque do que pensa a Bovespa, ficaremos a reboque da especulação financeira, e a hora que tiver que aumentar a tarifa, mesmo em uma pandemia, e a hora que tiver que sacrificar o povo, não terão um pingo de sensibilidade e não farão, farão com força, assim como fazem quando sabemos das relações privadas com privadas. Precisamos ter bom senso. Água, luz, petróleo, banco de dados, tratamento de informações são coisas de Estado. Por que não tinha essa discussão, por que não falou que ia vender a Copel na eleição? Garanto que o povo paranaense não compactua com isso. O Governo precisa rever urgente o entendimento de Estado. Vejo discursos acalorados aqui. Agora há pouco falaram aqui que a culpa de aumentar Secretarias e os cargos é

do Lula, que o Lula vai aumentar os Ministérios e agora vão fazer igual no Paraná. Para com isso! O Lula não prometeu enxugamento de máquina, não falava de *compliance*, eficiência, o Lula está corrigindo a desgraceira que o Bolsonaro fez e deixou 400 bilhões de rombo. Criar Ministério para combater a fome não é criar cobertor para colocar aliados políticos não, é diferente. Criar Ministério para investigar crime para garantir a segurança pública é diferente de aumentar 500 cargos. Pare com esse discurso. Se vocês querem copiar o Lula, e já que a culpa é do Lula, faça igual o Lula e defende a empresa pública, defende uma tarifa barata, defende o pedágio barato, que até agora não teve posicionamento do Governo sobre o pedágio. É a hora de dar as mãos de verdade. Não adianta achar que o problema é de quem ganhou a eleição, não, o problema é de quem estava no Governo e não resolveu as coisas. Ficaram três anos e nove meses aqui dentro, e agora estão falando em reforma. Você não está fazendo reforma, vocês estão fazendo ampliação administrativa. Não tem um corte de cargo, só tem aumento de cargo, só tem aumento de Secretaria. A responsabilidade é de vocês, não é culpa do Lula. Muito pelo contrário... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Hora de colocar às claras. Estou aqui como Presidente do PT, já falei isso em outros momentos, e queremos construir um Paraná juntos, queremos trazer recursos, queremos conversar. As mãos de Brasília estão estendidas para o Paraná. Agora, jogar reforma administrativa, criando um monte de Secretaria na conta do Lula? Vender a Copel e falar que está seguindo aliança nacional, projeto nacional? Que projeto nacional? Aliás, tem que tomar cuidado para tentar vender a Copel e não comprar terreno na lua, porque lá em Brasília o entendimento não é isso não, lá em Brasília, assim como nos Estados Unidos, assim como na França, ou como na Alemanha, está em defender as empresas estratégicas, energia, petróleo, água etc. O Paraná tem um grande ativo, que é a força trabalhadora do seu povo e as empresas públicas que deram suporte para isso. Não! Tire as mãos da Copel já!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Comunico aos Sr.^s Deputados que foi constatado um equívoco na tramitação do Projeto de Lei n.^o 297/2022. Verificou-se que houve votação em Plenário sem a conclusão do trâmite na Comissão de Constituição e Justiça. Sendo assim, torno sem efeito as deliberações do Plenário e determino o retorno do projeto de lei à Comissão.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (53 Parlamentares); Deputado ausente sem justificativa: Jonas Guimarães (PSD) (1 Parlamentar).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 480/2022**, da Deputada Mabel Canto, que concede o Título de Utilidade Pública ao Operário Ferroviário Esporte Clube, com sede no município de Ponta Grossa; **Autuado sob o n.º 481/2022**, do Deputado Guto Silva, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Theóphilo Petrycoski, com sede no município de Pato Branco; **Autuado sob o n.º 482/2022**, do Deputado Tião Medeiros, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor João Carlos de Luca; **Autuado sob o n.º 483/2022**, da Mesa Executiva, que fixa os subsídios do Governador, do vice-Governador e dos Secretários de Estado; **Autuado sob o n.º 484/2022**, dos Deputados Tadeu Veneri, Arilson Chiorato e Goura, que institui o Comitê Estadual de Políticas Penais no Estado do Paraná e dá outras providências.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Nove Redações finais. Votação simbólica. Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 230, 247, 251, 318, 326, 346, 368, 378, 388.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 230/2022, de autoria do Deputado Marcio Nunes, que institui o Dia Estadual do Terceiro Setor, ser celebrado anualmente no dia 27 de maio.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 247/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que insere no calendário oficial de eventos turísticos do Paraná a Festa Trezena e Quermesse de Santo Antônio do município de Dois Vizinhos.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 251/2022, de autoria do Deputado Francisco Buhrer, que concede o Título de Capital Estadual do Automóvel ao município de São José dos Pinhais.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 318/2022, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Alexandre Curi e Anibelli Neto, que institui a Rota Turística da Princesa no Estado do Paraná, conforme específica.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 326/2022, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que insere no calendário oficial de eventos turísticos do Paraná a Festa de São Pedro do Deizinho do Vermelho, no município de Rolândia.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 346/2022, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede Título de Utilidade Pública à Associação Voluntária, localizada no município de São José dos Pinhais.

ITEM 7 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 368/2022, de autoria do Deputado Goura, que concede o Título de Utilidade Pública ao Gapar Esporte Clube, com sede no município de Araucária.

ITEM 8 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 378/2022, de autoria do Deputado Michele Caputo, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Shotokan Faxinal Karatê-Do.

ITEM 9 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 388/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Judô Carlos Silva, com sede no município de Ponta Grossa.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados**.

Os Itens 10, 11 e 12 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 10 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 409/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comercial

e Empresarial de Mangueirinha, com sede no município de Mangueirinha. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 415/2022, de autoria do Deputado Artagão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Amigos de Pessoas Especiais – AAPE, no município de Guarapuava, Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 425/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Casa de Apoio Estrela da Manhã, com sede no município de Jacarezinho. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Itens 10, 11 e 12. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*, só para um informe, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Só para fazer um convite a todos os Parlamentares e todos os cidadãos que acompanham, amanhã, às 10 horas, no Auditório Legislativo, Audiência Pública sobre o aterro em Fazenda Rio Grande, sobre os problemas ambientais e sociais que o aterro, em Fazenda Rio Grande, tem trazido à população. Aterro esse que atende aos 23 municípios do consórcio de resíduos

sólidos de Curitiba e região. Então, amanhã, às 10 horas, pela Comissão de Meio Ambiente, no Auditório Legislativo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Requião Filho (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os projetos.**

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 35/2022, de autoria da Procuradoria-Geral da Justiça, Ministério Público, Ofício n.^o 116/2022, que cria cargos no quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica, e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Sempre é importante informar que esses cargos são para concurso efetivo do Ministério Público, em torno de 22 cargos para trabalhar na área de informática. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Galo, Gilberto Ribeiro, Plauto Miró, Marcio Pacheco, Rodrigo Estacho e Tião Medeiros? Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (47 Deputados); Votou Não: Homero Marchese (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins e Tião Medeiros (6 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 35/2022.**

ITEM 14 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 305/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1103/2022, que institui o auxílio-creche, de caráter resarcitório, aos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Pendentes os votos dos Deputados Arilson, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Romanelli, Marcio Pacheco e Requião Filho. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter,**

Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro e Homero Marchese (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli e Marcio Pacheco (7 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 305/2022. O Deputado Romanelli vota “sim”. Quarenta e seis votos com o voto do Deputado Romanelli e 2 “não”. Está aprovado o Projeto.

ITEM 15 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 446/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 77/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 20.743, de 5 de outubro de 2021, que institui o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná e da Lei n.º 17.732, de 28 de outubro de 2013, que institui o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos da operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pendentes os votos dos Deputados Artagão, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Luciana Rafagnin, Marcel

Micheletto, Marcio Pacheco, Plauto Miró, Tadeu Veneri. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães e Luciana Rafagnin (5 Deputados). Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 446/2022.**

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 473/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 94/2022, que autoriza o Estado do Paraná a realizar operação de aumento de capital social das Centrais de Abastecimento do Paraná S.A., nas condições e até o valor que especifica (CEASA). Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação. Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença do suplente de Deputado Estadual Jairo Tamura, por solicitação do Deputado Cobra Repórter. Seja bem-vindo. Já vai se acostumando com a Casa. Deputado Cobra, seu voto. Deputados Plauto, Reichembach, Requião, Ricardo Arruda, Tiago Amaral.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, estamos congelando aqui atrás, por favor, o ar-condicionado aqui oh, o Deputado tá espirrando. Grato, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou tomar as providências. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin e Requião Filho (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 473/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 3406/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, acerca da aplicação da Lei Federal n.º 13.722, de 4 de outubro de 2018.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Envia-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 3407/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, conforme específica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Envia-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 3437/2022, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando informações e documentos ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, sobre a possível mudança de composição societária na Copel e Protocolo n.º 19.665.765-7, gerado pela Casa Civil do Governo do Estado do Paraná.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 3405/2022, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, encaminhando o Ofício da Vereadora Sirleia Reginaldo, de Abatiá, que solicita recursos para a manutenção de estradas rurais do município de Abatiá;

Requerimento n.º 3408/2022, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, encaminhando o Ofício da Vereadora Sirleia Reginaldo e do Vereador Osvaldo

Diego de Souza, ambos de Abatiá, que solicita que o município seja incluído no calendário do Programa Castrapet; **Requerimento n.º 3409/2022**, do Deputado Galo, solicitando registro e envio de menção honrosa para o Sr. José Mainheriche, da Revistaria Alto da XV, desta capital; **Requerimento n.º 3410/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e envio de voto de congratulações

com menção honrosa à Sr.^a Diana Eulina Trinkel, pelos 100 anos de vida; **Requerimento n.^º 3413/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo providências para readequações e melhorias da malha asfáltica na rodovia PR-160, no trecho que conecta os municípios de Nova Fátima e Cornélio Procópio; **Requerimento n.^º 3418/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Superintendente da Caixa Econômica Federal, requerendo providências urgentes para a instalação de uma agência lotérica no Bairro Vila Oliveira, no município de Rolândia; **Requerimento n.^º 3419/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Maria Inês Wonsovicz; **Requerimento n.^º 3420/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa para o Sr. Clemente Renosto, Presidente do Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, com sede no município de Pato Branco, extensivo a todos os colaboradores do quadro funcional da conceituada instituição de crédito cooperativo, pelo transcurso do aniversário de 120 anos de fundação do Sistema Sicredi; **Requerimento n.^º 3421/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, conforme específica; **Requerimentos n.^ºs 3422 a 3436, 3439 e 3441 a 3483/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Alvino de Paula Almeida; Darci Rittes de Oliveira; José Nivaldo Teixeira; Marcos Borsato; Joana Trocinski; Joaquina Martins Cardozo; Leonor Rodriguês Ramos; Maria Eugênia da Silva; João Maria Figueira; Miguel Petroski; Sebastião Ferreira; Vanda Aparecida Souza; Benedito Estevão Dubiela; Carlos Alberto de Farias; Eduardo Vantroba; José Carlos Primor; Albari Dias; Alceu Jorge Iurk; Amadeu de Castro; Benedito da Silva Ferreira; Dorival Alves da Rocha; Henrique Oliviak; Mauro Dutra de Oliveira; Arlindo Leite; Heraldo Santos Filho; Jorge David Araújo; Waldemar Savicki; Zacarias Sabre de Oliveira; Amélia Danuta Zahaila; Doroty Teixeira Mayer; Maria Clarice Borato; Rosi Soares de Melo; Thereza Hanulak Burko; Vera Lucia Santos; Vilma Pastorio Balestrin; Carminha Schuartz de França; Carolina Andrade de

Souza; Maria de Lurdes Alves de Meira; Aline de Freitas Zagonel; Glacy de Mattos Svanteck; Maria Ribeiro Marquardt; Eva Aparecida Kratsch Anjos; Marli Alves Meira; Nestora Kaminoski; Paulina Piasecka Charnei; Izonete Hichuki; Olivina Ribeiro do Amaral; Rosicleia da Rocha Mendes; Ana Vieira Kuller; Leoni Marçal; Terezinha Fiatkoski Skiba; Antonio Szul; Rosário Osako; Rubens Remeika; Celestina da Silva; Cermira de Matos; Doracir da Trindade Ribeiro dos Santos; Iraema Vieira Correia Alves; e Thereza Olszewski; **Requerimento n.º 3440/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a tomada de medidas cabíveis, conforme específica; **Requerimento n.º 3484/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Feliciano Moreira; **Requerimento n.º 3485/2022**, dos Deputados Tercílio Turini e Cobra Repórter, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações com menção honrosa à Escola Municipal Luiz Real, do Distrito de São Martinho, no município de Rolândia; **Requerimento n.º 3486/2022**, dos Deputados Tercílio Turini e Cobra Repórter, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações com menção honrosa ao estudante Arthur Nascimento Pereira da Silva, da Escola Municipal Luiz Real, de São Martinho, no município de Rolândia.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 3411/2022, dos Deputados Homero Marchese e Luiz Fernando Guerra, solicitando a inclusão do Deputado Luiz Fernando Guerra como coautor do Projeto de Lei n.º 440/2020, de autoria do Deputado Homero Marchese; **Requerimento n.º 3412/2022**, dos Deputados Homero Marchese e Luiz Fernando Guerra, solicitando a inclusão do Deputado Luiz Fernando Guerra como coautor do Projeto de Lei n.º 182/2020, de autoria do Deputado Homero Marchese; **Requerimento n.º 3414/2022**, dos Deputados Homero Marchese e Luiz Fernando Guerra, solicitando a inclusão do Deputado Luiz Fernando Guerra como coautor do Projeto de Lei n.º 550/2019, de autoria do Deputado Homero Marchese; **Requerimento n.º 3415/2022**, dos Deputados Homero Marchese e Luiz Fernando Guerra, solicitando a inclusão do

Deputado Luiz Fernando Guerra como coautor do Projeto de Lei n.º 960/2019, de autoria do Deputado Homero Marchese.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 3416/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 9 de novembro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 3417/2022**, do Deputado Paulo Litro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de novembro de 2022.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): *Pela ordem.* Apenas para comunicar que teremos, após a Sessão, uma Sessão da CCJ.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Nelson.

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia: 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 446/2022 e 473/2022**; e uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 22 de novembro de 2022, à hora e regimental, também com uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia: Ordinária: 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 35/2022, 305/2022 e 446/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 483/2022, 489/2022, 493/2022, 494/2022, 497/2022, 498/2022 e 499/2022.**

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h50, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)